



ISABEL VERNIER

SOU PAI, SOU MÃE:

HISTÓRIAS DE PAIS E MÃES
LGBTI+ NO BRASIL

ISABEL VERNIER

SOU PAI, SOU MÃE:

HISTÓRIAS DE PAIS E MÃES
LGBTI+ NO BRASIL

Capa
Paula Yamada

Diagramação
Larissa Santana



Sumário

INTRODUÇÃO.....	4
CAPÍTULO 1.....	12
1.1 - Os primeiros passos.....	15
1.2 - O procedimento e a gestação.....	18
1.3 - O preconceito nas redes sociais.....	23
1.4 - A maternidade.....	25
CAPÍTULO 2.....	27
2.1 - A barriga solidária.....	31
2.2 - O parto.....	35
2.3 - Quando o meio de informação se torna um portal para homofobia.....	37
2.4 - A paternidade a dois.....	38
CAPÍTULO 3.....	41
3.1 - A barriga de aluguel.....	45
3.2 - A gestação à distância.....	47
3.3 - O nascimento dos bebês.....	49
3.4 - A vinda para o Brasil e o registro das crianças.....	50
3.5 - Quanto custou o procedimento.....	52
3.6 - Uma família de cinco.....	53
CAPÍTULO 4.....	56
4.1 - Os desafios da gestação de um homem trans.....	59
4.2 - A chegada de Maithê.....	61
4.3 - Tratamento interrompido.....	63
4.4 - A paternidade transmasculina.....	64
CAPÍTULO 5.....	68
5.2 - Tornando-se pais.....	73
5.3 - Destituição e registro dos pais.....	77
5.4 - Uma nova família.....	78
RREFERÊNCIAS.....	83



INTRODUÇÃO

O que configura uma família? Olhemos para a Constituição brasileira. O artigo 226 da Constituição de 1988 foi um grande marco para a extensão do conceito de família no país após o Código Civil de 1916. “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”, descorre o artigo. Além do casamento civil e religioso, o artigo reconhece, no § 4º, famílias monoparentais como uma instituição familiar. Já o § 3º reconhece a união estável formada por um homem e por uma mulher também como uma instituição familiar.

A união estável para pessoas do mesmo sexo só foi reconhecida pelo Superior Tribunal Federal (STF) em 2011, nas ADPF 132 e ADI 4277. Em 2013, diante do protesto de alguns cartórios em realizar a celebração, o Conselho Nacional de Justiça alterou a Resolução 175, determinando que: “É vedada às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo.” Em 2023, 10 anos após regulação aos cartórios, o número de casamentos entre pessoas do mesmo sexo bateu recorde no Brasil, de acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Pensando em estrutura familiar, pessoas LGBTI+¹ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Travestis, Intersexo, e o “+” simbolizando

1 Aqui, utilizei o termo LGBTI+ pelo mesmo motivo adotado por Renan Quinalha no livro “Movimento LGBTI+: Uma breve história do século XIX aos nossos dias”, de 2022. Muitas formas já foram usadas para se referir ao grupo, porém a denominação “LGBTI+” tem sido a mais consensual dentro do movimento organizado brasileiro (QUINALHA, 2022).

que o termo continua em construção) sempre formaram esses grupos no Brasil, mesmo com todo o preconceito voltado à essa população (QUINALHA, 2022). Culturalmente essas estruturas, mesmo as compostas apenas por um casal, sempre estiveram presentes de forma discreta e quase clandestina.

Ainda assim, o Direito à Família para esse grupo só foi concretizado no país em 2011, uma conquista recente. Assustadoramente recente, eu diria, dado que os primeiros registros de homossexualidade são de quase 10 mil anos atrás e os registros do primeiro casamento (hétero, claro) da história datam de 2350 a.C. Algo tido como garantido há milêniso para uma vasta população hétero e cis foi conquistado pela população LGBTI+ brasileira em pleno século XXI com pressão e luta.

É através desse primeiro passo do reconhecimento da união estável, por exemplo, que, quatro anos depois, o STF reconheceu o direito de casais homoafetivos de adotar. Em 2013, o Conselho Federal de Medicina (CFM) passou a considerar casais homoafetivos aptos a utilizar técnicas de reprodução assistida (RA) através da resolução N° 2.013/13. Pessoas trans só foram incluídas pela primeira vez nas normas éticas de reprodução assistida do CFM oito anos depois, na Resolução 2.294, de 27 de maio de 2021.

A partir desse momento, casais LGBTI+, além do direito à família, recebem também o direito a construir legalmente a parentalidade. O termo parentalidade é definido como “a dimensão de processo e de construção no exercício da relação dos pais com os filhos” (ZORNIG, 2010).

Mas quais são as possibilidades em 2025 para que casais LGBTI+ brasileiros possam ter filhos e construir tais relações? Com direitos reconhecidos de forma tão recente, quais são os desafios que essa população enfrenta? Onde estão essas famílias homoafetivas e transcentradas?

Para entender melhor diferentes cenários, o livro se propõe a mostrar a história de cinco famílias. O ponto central de cada uma dessas histórias são os pais das crianças e as formas pelas quais tiveram seus filhos. A ideia é abordar diferentes dinâmicas e métodos, a fim de informar o leitor sobre quais são algumas das formas pelas quais pessoas trans e homoafetivas podem estender suas famílias. Aqui utilizo o termo extensão porque um casal, mesmo sem filhos, já é uma instituição familiar constitucionalmente.

As famílias abordadas no livro foram encontradas, majoritariamente, através de pesquisa em redes sociais. Nesses espaços, tive contato com pessoas que se sentiam à vontade em compartilhar o dia a dia e a história de suas famílias e que, portanto, teriam menos resistência ou receio em se abrirem para mim com o objetivo de ser um dos protagonistas do livro.

É interessante como esses ambientes são bastante ricos no quesito de representatividade de famílias LGBTI+. Muitas são as pessoas que utilizam as redes como forma de espalhar informação a respeito dessas formações familiares, mostrando a rotina e conversando até mesmo sobre temas sensíveis. O alcance desses perfis pode variar de acordo com o número de seguidores, mas muitas famílias já possuem milhares, quando não milhões. Exemplo disso é o influenciador Lucas Rangel que em 2025 iniciou o processo de barriga de aluguel nos Estados Unidos com seu marido Lucas Bley. Apenas no Instagram, Rangel possui 24 milhões de seguidores.

Também faço a ressalva de que o livro não se propõe a abordar todos os métodos disponíveis para esse grupo em sua totalidade e nem pretende se colocar como um manual de instruções para outros casais LGBTI+, dados que cada caso possui particularidades que devem ser compreendidas pelo casal através de ajuda médica, legal e/ou psicológica.

Dr Sergio Gonçalves, especialista em RA com ênfase em casais LGBTI+, explica sobre como essas técnicas podem ser aplicadas para casais trans e homoafetivos. Para qualquer gravidez acontecer, três “ingredientes” são necessários: um útero onde o bebê será gestado, um óvulo e um espermatozoide. Para casais cis homoafetivos, um desses ingredientes sempre precisa ser encontrado externamente, seja pela doação de útero, óvulos (quando não os dois) e do esperma.

Além disso, algumas perguntas precisam ser feitas para casais LGBTI+ que procuram esses métodos: algum membro do casal possui condições de gestar? Caso sim, essa pessoa quer engravidar? Caso não, pensam em realizar a técnica de barriga solidária? Quanto à óvulos e esperma, algum dos membros do casal pode e quer realizar a doação? Caso não, estariam dispostos a utilizar o material de um(a) doador(a) anônimo(a)? Além dessas, muitas outras questões precisam ser entendidas antes de iniciar qualquer tratamento.

Pensando nesta complexidade e variabilidade, os três primeiros capítulos do livro contam a história de três casais que utilizaram técnicas de RA para terem seus filhos em condições diferentes.

O primeiro conta a história de Lucy e Nayara, um casal de influenciadoras que passou por desafios em um relacionamento a distância e que trabalhou diversas inseguranças financeiras e psicológicas antes de iniciarem o tratamento de fertilização in vitro para passarem pela gravidez. Aqui, explora-se também o processo de estimulação ovariana e a aquisição de esperma. Também, nesse primeiro capítulo, aborda-se o preconceito nas redes sociais sofridos pela família. O principal ataque é referente à legitimidade da maternidade de ambas.

Já no segundo capítulo, Jarbas e Mikael são os protagonistas de uma história cheia de reviravoltas. Após uma adoção frustrada, a comadre do casal se coloca à disposição para ser a barriga

solidária do filho deles. A partir desse momento, todos os esforços do casal se voltam à nova possibilidade de realizarem o sonho de serem pais. Por se tratar do método de útero de substituição feito por uma pessoa fora da família do casal, o processo burocrático se tornou mais extenso. Com óvulos doados pela irmã de Mikael e espermatozoides doados por Jarbas, Antonella se tornou a primeira bebê com os genes de ambos os pais na região sul do país.

Janderson e Pedro compartilham sua história no terceiro capítulo do livro. Nesse momento, temos a história de homens brasileiros que tiveram que ultrapassar fronteiras para alcançarem seu sonho: foram as primeiras pessoas no Brasil a realizar a barriga de aluguel internacionalmente. Aqui no país esse procedimento é ilegal, porém, em 2013, período em que a história se passa, a adoção ainda não era reconhecida pelo STF e ambos não viam outra forma de realizarem o sonho de terem filhos. Por se tratar de um processo extremamente caro, entende-se que, para a maioria da população LGBTI+ no Brasil, não seja um método acessível. Ainda assim, é um caso de jurisprudência no Brasil, que norteou o processo até mesmo para casais hétero que buscam o útero de substituição em outros países. Diante desse panorama, acredito ser uma história que vale a pena contar.

O quarto capítulo do livro destoa de todas as outras histórias. Nesse momento, converso com Arthur, um garoto trans que engravidou aos 17 anos sem a intenção de ser pai. De família extremamente simples e com pouquíssimo apoio do outro genitor da criança e de sua própria família, Arthur sente na pele a solidão de uma gestação inesperada, a disforia e o despreparo de um sistema de saúde que não respeita seu gênero. A partir de sua gravidez, Arthur passou a ser visto por muitos novamente como uma mulher. Aqui, nos deparamos com uma pessoa LGBTI+ que não planejou sua paternidade e nem a desejou, ainda assim, abraçou sua nova realidade e luta pelas melhores condições de vida para sua filha.

Acredito que a história de Arthur é importante para enfatizar que sim, homens trans podem engravidar. Isso não os faz menos homens, não invalida sua identidade de gênero. Esse capítulo também questiona o quanto preparado o sistema de saúde brasileiro está para lidar com pessoas trans grávidas. Além disso, mostra como o planejamento familiar para pessoas trans pode ser essencial para seu bem-estar por dois motivos: compreensão de métodos de contraceção para essa população e planejamento para congelação de gametas antes do início da hormonioterapia, a qual pode inibir o período fértil e produção de espermatozoides, dificultando uma futura possível gestação.

Por fim, no último capítulo, conto a história do único casal que não passou pelo processo de gestação. São eles Rafael e Luciano, um casal jovem, com 27 e 26 anos na época, que decidiu adotar em 2015, pouco após o reconhecimento no STF. Aqui, entendemos um pouco como funciona a adoção no Brasil e a perspectiva de um casal gay sem muitas referências dentro desse sistema. Os medos de serem um peso na vida da criança adotada, adicionando mais uma camada de preconceito em sua história foi uma preocupação do casal. Também aborda-se a homofobia dentro da própria família e como o processo de adoção fez com que esse preconceito se dissipasse por um sonho sonhado coletivamente.

Além das 5 famílias, especialistas também foram entrevistados. Entre eles, o Dr Sergio Gonçalves citado anteriormente, a psicóloga Gabriela Hesz, que pesquisou o tema de desenvolvimento mental de crianças adotadas por casais homoafetivos e o advogado e fundador do grupo de adoção “Cores da Adoção”, Saulo Amorim, também consultor do Ministério Público referente ao tema.

Com intuito de entender ainda mais sobre a história de cada família, vídeos de palestras, entrevistas para outros veículos e materiais postados nas redes sociais dos entrevistados foram consultados a fim de compreender mais amplamente suas vivências e captar de

forma mais genuína os sentimentos e experiências vividos durante o processo de se tornarem pais e mães.

Além disso, histórias de outros casais e famílias serviram de base para entender, antes das entrevistas em si, como é a dinâmica familiar de casais trans e homoafetivos e suas dificuldades durante o processo de parentalidade. Foram a partir dessas outras referências que os roteiros de entrevistas foram baseados, possibilitando que assuntos mais específicos fossem mais amplamente abordados durante as conversas.

Para além das histórias subjetivas, sites de clínicas de congelação de óvulos e espermatozoides, de técnicas de RA e até mesmo agências de barriga de aluguel internacionais foram consultados a fim de encontrar informações mais atualizadas sobre o tema.

Reportagens, artigos científicos, livros, pesquisas quantitativas e qualitativas, documentos do Conselho Federal de Medicina, da Constituição e do Conselho Nacional de Justiça também foram consultados como forma de apuração das informações passadas durante as entrevistas e aprofundamento dos temas levantados, oferecendo uma base teórica para contextualização dos relatos.

Com esse panorama geral do livro, gostaria de salientar que, ainda que as pessoas entrevistadas tenham relatado casos de LGBTI+fobia e tivessem que buscar alternativas desafiadoras para viveram a parentalidade, a maioria das famílias aqui citadas possuíam condições sociais e financeiras para arcar com o custo dos procedimentos necessários. Além disso, percebe-se que existe também uma disparidade de idade e condições de apoio familiar entre as histórias contadas.

Diante das diferentes realidades e vivências abordadas nolivro, meu papel como jornalista e autora foi o de dar voz a essas pessoas. Minha função foi a de apurar através de pesquisas sobre os procedimentos relatados, dando dimensão legal, médica e psicológica a respeito de suas histórias. Os dados fornecidos possuem a função de localizar aquele caso dentro de um espectro maior, dando dimensão real e mais ampla às histórias individuais relatadas.



CAPÍTULO 1

LUCY, NAYARA & SARAH

O que é necessário para realizar um sonho? Para algumas pessoas o fator que as afasta do que sonham é o dinheiro. Para outras, o tempo. Outras temem os obstáculos na jornada que as levam até aquilo que almejam, enquanto algumas podem temer o que vem após a conquista. O ambiente e a sociedade também trazem uma boa dose de dificuldade. Pode ser que algumas pessoas nem saibam como começar. “E agora? Como fazemos?”. Às vezes, é uma mistura de tudo isso. Porém, um sonho compartilhado, por mais distante que pareça, é um sonho desejado em dobro. Um sonho pelo qual vale a pena enfrentar qualquer barreira. Foi assim para Lucy Rodrigues e Nayara Moura.

Lucy nasceu na Bahia e viveu no estado até os 15 anos, quando passou a morar na cidade de São Paulo. Já Nayara, ainda que com a família toda baiana, nasceu e viveu no interior do estado de São Paulo.

As duas se conhecem desde a infância, isso porque a irmã de Lucy é casada com um tio da Nayara, porém nunca foram muito próximas. Isso só mudou quando Lucy, em 2016, foi ao interior de São Paulo visitar a irmã um pouco antes de iniciar seu intercâmbio. Nesse momento, ela e Nayara passaram a conversar e a se conhecer melhor.

Após poucas semanas desse reencontro, as duas começaram a namorar, um namoro que se iniciou quando Lucy estava prestes a embarcar para uma nova experiência internacional. Elas contam que esse foi um dos principais desafios do relacionamento das duas, afinal, o recente namoro logo se tornou namoro à distância e assim permaneceu durante dois anos. Com o fim da viagem, Lucy retornou ao Brasil, porém morando em São Paulo capital por mais um ano. Ao todo, as duas mantiveram o relacionamento separadas fisicamente por três anos.

“Em um mês a gente se viu, no outro mês a gente conversou, no outro começamos a namorar e depois ela foi embora”, conta Nay, que teve mais dificuldade de encarar a distância. Para Lucy, que já morava longe da família desde os 15, quando se mudou para São Paulo por conta da relação conturbada com o padrasto, lidar com a distância e a saudade era algo ao qual se acostumou.

Após 3 anos separadas, as duas passaram a morar juntas. Lucy conta que nesse momento já pensava em aumentar a família. Nayara confessa que tinha um pouco de receio da ideia, principalmente por conta de questões financeiras e dos preconceitos que isso poderia gerar. Lucy conta que, para trabalhar esse medo dos julgamentos que a criança pudesse sofrer, conversou muito com Nayara sobre o papel delas em mostrar e ensinar o lado bom e ruim das coisas. Além disso, procurou compartilhar com Nay outras histórias de famílias LGBTI+, o que ajudou a amadurecer a ideia para ela.

Ainda assim, as duas tiveram de esperar o momento certo até que estivessem prontas financeiramente para começar as tentativas. Como Lucy tinha o desejo de gerar a criança, esse período não poderia ser longo, já que na época Lucy já estava com 29 anos e Nayara com 28. Ambas sabiam que a idade poderia impactar no sucesso de procedimentos médicos e se preocupavam em realizá-los o mais rápido possível.

Foi a partir de 2020 que a pesquisa e a busca pela realização desse sonho se intensificou. O casal passou a procurar informações sobre procedimentos, preço, duração do tratamento e possibilidades disponíveis.

Um fator, no entanto, era de extrema importância para Lucy e Nayara nessa jornada: a participação de ambas para a geração do bebê. Um método que permitisse essa coparticipação era essencial para elas. Porém, o processo de pesquisa para entender a melhor

possibilidade não foi fácil: “A gente não via muita informação, era tudo numa caixinha, as pessoas falavam muito pouco. E a informação que a gente tinha da fertilização era que o procedimento era muito, muito caro”, conta Lucy.

Com o passar do tempo, o casal passou a visitar clínicas de reprodução onde conseguiram entender melhor sobre os métodos disponíveis. Em 2023, encontraram o especialista em reprodução assistida (RA), Dr. Geraldo Caldeira, que topou negociar o valor dos procedimentos por Lucy e Nayara por serem influenciadoras digitais. Sendo assim, as postagens e divulgação da clínica e dos trabalhos do médico fariam parte do “pagamento”. Isso ajudou a tranquilizar as duas, afinal a balança que carregava o sonho e as finanças finalmente se equilibrou.

1.1 - Os primeiros passos

Dr. Sérgio Gonçalves, especialista em RA, explica que há diversos fatores que afetam essa escolha para um casal composto por duas mulheres: existe o desejo de alguma das partes de gestar? Caso sim, essa pessoa tem capacidade para ter uma gestação? A outra pessoa deseja doar óvulos e está apta para tal? Ou os óvulos serão da mulher que irá gestar? Preferem que seja uma doação anônima? Todos esses questionamentos fazem com que as possibilidades se tornem bastante variáveis.

Essas questões também tiveram que ser consideradas por Nayara e Lucy, além de fatores como eficácia e valores, dado que o financeiro sempre foi uma questão sensível para elas. Sérgio Gonçalves explica que a taxa de eficácia por tentativa do método de fertilização in vitro em uma mulher de até 35 anos é de 50% a 55%. Ainda assim, é um método mais caro por conta do procedimento de coleta de óvulos e transferência. O valor varia de acordo com diversos fatores, como as clínicas escolhidas e exames

necessários. Incluindo todo o tratamento, o investimento pode custar cerca de 20 mil reais e até mesmo chegar a 50 mil, de acordo com matéria da BBC de 2022.²

Já a inseminação artificial ou intrauterina, de acordo com a mesma matéria, é um procedimento mais simples, sem necessidade de coleta e fecundação em laboratório, ainda que a estimulação ovariana possa ser necessária. No fim das contas, o procedimento é menos invasivo. O sêmen é introduzido através de assistência médica diretamente no útero, para que a fecundação ocorra naturalmente. Sendo assim, os valores desse procedimento variam de 5 mil a 10 mil reais, porém, com taxas de sucesso significativamente menores, de 10% a 25% por tentativa.

Com esse panorama em mente, Lucy e Nayara levaram em consideração que, mesmo a FIV sendo mais cara que a inseminação, a taxa de sucesso do procedimento é muito maior. Dessa forma, a chance de conseguirem engravidar numa primeira tentativa era promissora, o que poderia, no fim das contas, gerar uma “economia”, já que haveria uma menor chance de terem que repetir o procedimento.

Existem, ainda, outros meios de tornar o processo de fertilização in vitro mais acessível, como parcelamentos através do cartão de crédito e até mesmo financiamentos. Foi através dos parcelamentos que ambas puderam viabilizar a fertilização. Sem esses recursos, elas contam que seria bem mais complicado financeiramente arcar com o procedimento.

Outra possibilidade existente, ainda que não considerada por Nayara e Lucy, é a realização do processo através do Sistema Único de Saúde (SUS).

² ALVES, Bruna. Inseminação intrauterina, fertilização in vitro: qual método é mais eficaz e o que está disponível no SUS?. BBC News Brasil, 28 nov. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63722144>. Acesso em: 5 abr. 2025.

De acordo com a matéria de 2023 da Agência Brasil³, o Sistema Único de Saúde também oferece desde 2012 procedimentos de reprodução assistida como a FIV. No entanto, esse acesso é limitado, dado que existem apenas 10 hospitais da rede pública de todo o Brasil que oferecem os serviços gratuitamente. O Hospital de Clínicas de Porto Alegre realiza em média 200 procedimentos por ano, de acordo com entrevista de 2023 ao Zero Hora⁴ cedida pelo coordenador do departamento de reprodução assistida da instituição, Eduardo Passos.

Além das poucas unidades, as que existem são bastante concentradas, sendo que 4 estão apenas no estado de São Paulo. Há também dois centros na cidade de Porto Alegre. Os outros se encontram em Brasília, Belo Horizonte, Goiânia e Natal. Além da pouca oferta do serviço, é necessário que o casal consiga acessar esses centros com certa recorrência para realizar os procedimentos, o que pode elevar os custos do processo e torná-lo menos acessível.

Para utilizar os serviços de RA do sistema público, existe também um processo burocrático: consulta com um profissional do AMA (Atendimento Médico Ambulatorial) ou UBS (Unidade Básica de Saúde) e encaminhamento para cadastro no sistema Cross (Central de Regulação de Ofertas e Serviços de Saúde). A partir desse momento, é necessário esperar em uma fila para iniciar o tratamento em um dos centros citados. A espera por atendimento, em algumas unidades, pode chegar a 6 anos.

³ SOUZA, Ludmilla. SUS pode ser esperança para mulheres que sonham ser mães. Agência Brasil, 14 maio 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-05/sus-pode-ser-esperanca-para-mulheres-que-sonham-ser-maes>. Acesso em: 15 abr. 2025.

⁴ COSTA, Jhully. Como funciona o processo de reprodução humana assistida pelo SUS. Zero Hora, Porto Alegre, 14 set. 2023. Comportamento. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2023/09/como-funciona-o-processo-de-reproducao-humana-assistida-pelo-sus-clmjmxiow0053013ncuukg5ry.html>. Acesso em: 15 abr. 2025.

1.2 - O procedimento e a gestação

Sendo a FIV um dos poucos métodos que possibilitaria que tanto Nayara quanto Lucy participassem da geração da criança, Nayara optou por doar os óvulos e Lucy receber os embriões fecundados em laboratório para seguir com a gravidez. Essa parecia a alternativa ideal para as duas.

Foi então que, com acompanhamento médico, a bateria de exames começou, assim como a ansiedade em iniciar o caminho para um grande sonho. Os exames que Lucy realizou eram diferentes dos exames de Nayara, dado que cada uma teve avaliações diferentes para as funções que desempenharam na gestação.

Com os resultados dos exames dentro da normalidade, Nayara passou, então, a realizar a estimulação ovariana. Esse procedimento é realizado para estimular a ovulação. Os folículos maduros serão, no fim do processo, coletados para que ocorra a posterior fecundação em laboratório.

A estimulação é realizada através de injeções, doses diárias ministradas por cerca de 10 a 12 dias antes da coleta. A substância do medicamento sintético hormonal injetado é semelhante ao produzido pelo próprio organismo: o FSH (hormônio folículo-estimulante) e o LH (hormônio luteinizante).

Lucy é quem realizava as injeções em Nayara. Para Nay, não foi um processo simples, confessa que sentia medo, pois as doses eram doloridas, além disso, a faziam se sentir mais sensível. Mas conta que Lucy foi uma ótima enfermeira. Ter uma a outra nesse processo foi o que fez tudo ser mais leve, com a certeza de que valeria a pena.

Nesse meio tempo, outro componente fundamental para gerar a gravidez teve de ser encontrado: o gameta masculino. Para

isso, é necessário recorrer a um banco de esperma. Os bancos brasileiros oferecem algumas características básicas dos doadores, como raça, cor dos olhos e dos cabelos, peso, tipo sanguíneo e profissão. Tudo isso para manter o anonimato de quem realizou a doação. Já os bancos internacionais, ainda que mais caros, possuem informações mais detalhadas sobre o doador. Disponibilizam histórico familiar e até mesmo fotos de infância da pessoa.

Outro fator determinante para a escolha de Nay e Lucy foi a questão do tempo. Enquanto a chegada dos espermazinhos doados de bancos nacionais duram alguns dias, por questões logísticas, a doação internacional pode durar semanas e até meses. Tudo isso faz, também, com que os valores do material internacional sejam mais elevados.

Porém, a ideia de Lucy e Nayara era a de realizar o procedimento o mais rápido possível. Juntando os fatores tempo e dinheiro, o casal optou por um doador brasileiro.

Elas ainda ressaltam que todo esse procedimento requer um planejamento preciso. Após os 10 dias de estimulação ovariana, ocorre a coleta dos óvulos. O dia da coleta deveria coincidir com o dia em que a fertilização seria feita. Portanto, o esperma já deveria estar no laboratório para realizar a fecundação. A doação do gameta masculino, portanto, não poderia atrasar para que o processo de coleta dos óvulos não se perdesse. O recebimento desse material também não poderia ser antecipado, para não comprometer a qualidade do esperma doado.

Por isso, o acompanhamento médico e o alinhamento de todos os profissionais e empresas envolvidos é essencial para que o processo ocorra de forma segura.

Com o fim da estimulação, é chegada o dia da coleta. Para isso, é realizado um procedimento mais invasivo, sendo necessária a administração de anestesia geral. Segundo a Associação Brasileira de Reprodução Assistida (SBRA), o procedimento é relativamente simples e leva cerca de 15 minutos.

A coleta é feita através da inserção de uma pequena agulha no canal vaginal. A agulha está acoplada a um aparelho de ultrassom para permitir a visualização do procedimento. A agulha alcança, então, o ovário para coleta do folículo, onde os óvulos são armazenados. O líquido dos folículos é aspirado e levado para avaliação em laboratório para posterior fertilização.

Nayara, por estar anestesiada, não se lembra de nada, mas após acordar, sentiu algumas dores abdominais e um pouco de inchado por conta da estimulação. Mas logo tudo voltou ao normal. Seu papel, agora, seria oferecer todo o apoio necessário para Lucy, que logo mais receberia os embriões.

Após a fecundação, enquanto o material fecundado estava em observação no laboratório, o hospital informava Lucy e Nayara sobre o andamento da fertilização. “No final, eles te falam quantos sobraram. Esses que sobraram são os que eles congelam. Eles coletaram dela [Nayara] 21 óvulos, destes, 11 eram ‘bons’, e desses 11 apenas 5 foram ‘ótimos’”, explica Lucy.

Para receber os embriões, Lucy já iniciou algumas semanas antes o tratamento com remédios e suplementos, preparando o corpo para uma gestação saudável e de menos risco para ela e para o bebê.

Também foi necessário esperar o período correto, após o sangramento da menstruação de Lucy, para que a transferência pudesse ser realizada. Passado esse momento, a transferência ocorreu no hospital em um procedimento que Lucy descreveu como tranquilo, dado que o processo não é tão invasivo quanto a coleta.

De acordo com a SBRA, os embriões são introduzidos na vagina e chegam até o útero através de uma cânula, sem necessidade de anestesia. O procedimento costuma ser acompanhado pelo ultrassom para que o médico possa visualizar onde os embriões foram alocados.

Através do ultrassom, acompanharam o procedimento emocionadas. Agora, com a transferência realizada, Lucy teve que tomar alguns cuidados, evitando esforço físico durante a primeira semana. Era chegada a hora de esperar e controlar a ansiedade.

Como planejado desde o início, o primeiro teste de gravidez já veio positivo. Dos dois embriões implantados em Lucy, um conseguiu se fixar na parede do útero. “A gente achou que iriam vir gêmeos, mas no final veio só a Sarinha mesmo”, conta Nayara. Todo o processo havia sido bem sucedido e agora o novo desafio seria seguir com uma gestação saudável e, claro, controlar a ansiedade.

Para a família e amigos a notícia foi muito bem recebida, assim como para a maioria dos seguidores das influenciadoras. A expectativa para a gravidez era de todos que acompanhavam a vida do casal.

As duas contam que a gestação foi um período tranquilo, com exceção de um pequeno susto por conta de um leve sangramento no início, que foi dito como normal pelo médico. Além desse episódio, com 8 meses de gestação o parto precisou ser antecipado, pois Sarah parou de receber os nutrientes necessários através da placenta de Lucy. Como a bebê estava formada e saudável, a equipe médica propôs realizar o parto antes do previsto para que a ingestão de alimentos de Sarah pudesse ser melhor controlada.

Assim, no dia 19 de dezembro de 2023, Sarah chegou saudável ao mundo. Lucy também teve um parto cesárea sem complicações, com Nayara sempre ao seu lado. As duas trocavam carícias e apoio enquanto esperavam Sarah chegar. Lucy foi a primeira a segurá-la em seus braços. Um colo que misturava as lágrimas das novas mamães e de Sarah. Logo foi a vez da Nayara segurar sua filha e apresentá-la à família, que acompanhava do outro lado do vidro da sala de parto. Três dias depois, já haviam recebido alta hospitalar.

Agora era hora de registrar Sarah. Para facilitar o registro das duas mães nos documentos da bebê, Nayara e Lucy se casaram antes do nascimento. Com todos os documentos da clínica, do hospital e do matrimônio, o processo burocrático ocorreu sem complicações. Lucy ainda ressaltou que, quando usados métodos de reprodução assistida, os meios mais fáceis para realizar o registro são via procedimentos realizados através de clínicas por conta da documentação fornecida.

Lucy ainda comenta sobre mulheres que optam por um método arriscado, a inseminação caseira. Nesse caso, a introdução do esperma é feita sem nenhuma intervenção médica, muitas vezes em casa. Além disso, nem sempre o doador é anônimo e cadastrado em banco de doação, de acordo com matéria da BBC⁵.

Como não há relatório ou contrato médico e nenhum documento que comprove a maternidade das duas mulheres da relação, o processo burocrático se torna mais desafiador. Outro ponto de atenção sobre a prática é a falta de controle sobre o procedimento, podendo tornar as pessoas envolvidas mais suscetíveis a infecções sexualmente transmissíveis.

Porém, o processo de registro de Sarah ocorreu sem dificuldades, apenas levaram os documentos necessários no cartório após o nascimento. Em sua certidão não existem os campos “mãe” e “pai”, mas apenas “filiação” com os nomes de Nayara e Lucy. O nome de Lucy aparece primeiro por ela ter gestado Sarah. Ela ainda conta sobre uma falha no sistema burocrático que não está adaptado para famílias homoafetivas:

“Quando fomos tirar o RG dela no Poupatempo eles perguntaram: ‘Quem é a mãe?’ e nós respondemos que eram as duas. Ele então disse: ‘não, mas eu preciso colocar o nome de uma mãe,

⁵ MACHADO, Simone. Os riscos da inseminação caseira, usada por casais LGBTQIA+ para ter filhos. BBC News Brasil, São José do Rio Preto, 14 jul. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cz9dve3m092o>. Acesso em: 6 abr. 2025.

quem foi que gestou?”” Nesse caso, foi registrado o nome de Lucy. Isso mostra como o sistema da Carteira de Identidade Nacional ainda falha ao incluir famílias homoafetivas.

Vale ressaltar que isso não ocorre apenas para registros oficiais. O ginecologista Sérgio Gonçalves conta que ainda existem clínicas de reprodução que, em suas fichas de cadastro, pedem pelo nome da mulher e seu marido, mostrando a falta de preparo em acolher essa comunidade.

1.3 - O preconceito nas redes sociais

Como influenciadoras digitais, Nayara e Lucy compartilham nas redes sociais o processo da fertilização e, hoje, postam vídeos bem humorados sobre a rotina e a maternidade. Juntando os dados do perfil de ambas, somam mais de 700 mil seguidores.

A exposição na internet, ainda que seja um meio de propagar informações que possam ajudar outras pessoas (informações estas que Lucy e Nayara tiveram dificuldade de encontrar quando pesquisaram num primeiro momento), também traz consigo desafios.

Comentários preconceituosos incomodam o casal e a filha. Muitos colocam em xeque a legitimidade da maternidade de ambas, dizendo que, de acordo com a biologia, apenas uma poderia ser, de fato, mãe da criança. Alguns alegam que Nayara é a mãe biológica, dado que o material genético de Sarah é o dela, transmitido através dos óvulos. Nesse caso, Lucy seria a barriga solidária.

Essa afirmação não possui lógica, dado que a parentalidade vai muito além de DNA e consanguinidade. Outra questão importante que esse “argumento” levanta é que, por gestar a criança, algumas características de Lucy podem sim ser transmitidas à Sarah através da epigenética.

Epigenética é a capacidade de alterar caracteres e funcionamento das células sem que o DNA seja modificado. Isso quer

dizer que, mesmo que o DNA seja sempre formado pelo material genético do óvulo e do espermatozóide, o ambiente (como o corpo de quem gesta) pode alterar as características da criança. Assim, o bebê gerado pela receptora dos embriões seria sempre diferente caso fosse gestado pela própria doadora dos óvulos.

Enquanto algumas pessoas alegam que apenas Nayara seria a mãe, outra parcela parece achar o contrário: dizem que mãe é apenas quem passa pela gravidez. Nesse outro ângulo, apenas Lucy seria realmente a mãe da criança. Em entrevista, as duas até chegaram a rir da situação: “fica uma briga até mesmo entre eles”.

Alguns comentários questionam, ainda, onde estaria e quem seria o pai da criança. “Se fingem de doidos e perguntam: ‘quem fez sua filha?’”, essa é uma frase que Nayara conta que já leu. Lucy ainda ressalta que existem pessoas que até conhecem o processo de fertilização e sabem que é possível que casais compostos por duas mulheres tenham filhos, mas fazem questão de comentar perguntas inconvenientes apenas com o intuito de incomodar.

O casal relata nunca ter sofrido episódios parecidos pessoalmente, e que os comentários ofensivos para com elas se limitam apenas às redes sociais. A falsa sensação de anonimato e impunidade que o ambiente digital possui pode encorajar atitudes homofóbicas e preconceituosas, fazendo com que pessoas falem publicamente aquilo que pensam, mas que nunca falariam de fato para alguém em sua presença.

Ainda assim, homofobia é crime e, mesmo quando cometida em redes sociais ou outros ambientes digitais, pode e deve ser denunciada para que as medidas cabíveis sejam tomadas. Inclusive, de acordo com o Código Penal, no art. 138, § 1º, pessoas que com-

partilham, republicam e divulgam ataques discriminatórios também incorrem em pena.

1.4 - A maternidade

Quando perguntadas sobre a maternidade, ambas concordaram que é bastante desafiadora, principalmente no início, com muitas novidades. Mas ainda assim, com essa nova fase da vida elas sentem que ganharam muito mais maturidade. Preferem se apegar na parte boa e não só nas partes complicadas desse novo momento, o que torna todo esse processo extremamente gratificante.

“A Sarah é uma benção na nossa vida. A gente ama ser mães dela e achamos que ela ama ser nossa filha também, temos uma conexão muito grande”, conta Lucy. As duas ainda comentam que planejam ter mais filhos no futuro, pois não gostariam que Sarah fosse filha única e que querem aumentar a família.

As duas aconselham casais que sonham em ter filhos a “ir fundo e não ter medo”, nas palavras de Nayara. Mesmo com o receio inicial, a chegada de Sarah foi um divisor de águas para ela e Lucy, um momento em que muitos aspectos da vida das duas passaram a se encaixar. Elas não tinham nem casa própria na época, o que, para Nayara, representava uma falta de estrutura e preparo, mas com o nascimento de sua filha, isso tudo mudou: conseguiram sua casa, carro e um melhor trabalho.

Ainda assim, destacam a importância de ter uma base financeira minimamente estável para arcar com os gastos do procedimento e para cuidar da criança, oferecendo a ela uma vida confortável. Porém, colocar muitos empecilhos e prioridades à frente da maternidade ou paternidade pode impedir o sonho de se concretizar.

Hoje Nayara entende que o medo não pode ser a limitação de um sonho. “Hoje não é impossível, é questão de não desistir e focar”.

LUCY, NAYARA & SARAH





CAPÍTULO 2

JARBAS, MIKAEL & ANTONELLA

Em 2008, Jarbas viajou de Porto Alegre para Imbé, no litoral do Rio Grande do Sul, para abrir sua casa noturna. Durante o processo de mudança e preparativos para a estreia de seu negócio, procurou uma casa para alugar na cidade a fim de evitar idas e vindas constantes à capital. Por coincidência ou não do destino, a casa escolhida era da avó de sua futura filha.

Quem o atendeu durante o processo de locação foi Mikael, inicialmente conversando apenas por telefone. Isso mudou quando Jarbas foi conhecer a casa e viu Mikael pessoalmente pela primeira vez. Nesse momento, nas palavras de Jarbas, eles “deram match”, foi amor à primeira vista. Eles, então, passaram a conversar regularmente, agora com um tom bem menos comercial e com um interesse crescente, enquanto também marcavam encontros regulares. O que era apenas uma conversa para se conhecerem melhor evolui para algo mais.

Jarbas conta que enquanto se conheciam, ele passava por um momento difícil em outro relacionamento, mas decidiu abandonar tudo para viver ao lado de Mikael. O relacionamento dos dois foi intenso desde o início, afinal, em apenas uma semana após se conhecerem ambos passaram a morar juntos, em setembro de 2008.

Para Mikael, o sonho de ser pai existia desde muito cedo. Ele possui duas irmãs mais novas, as quais ele ajudou na criação. Mais que isso, sua história com o pai foi difícil, já que o genitor não aceitava a sexualidade do filho. Por não receber afeto e apoio paterno, Mikael considera que não teve um bom referencial de paternidade. Por isso, ele sempre quis a chance de oferecer aos seus futuros filhos aquilo que seu pai nunca havia recebido de seu próprio pai.

Já para Jarbas, a paternidade nunca foi um grande sonho. Por serem um casal homoafetivo, ele não via tantas possibilidades

para a paternidade e nem conhecia muitos casos de casais gays que passaram pela experiência de se tornarem pais. Ele se considera uma pessoa mais racional. Porém, esse pensamento mudou para ele após treze anos de relacionamento.

Em 2022, os dois resolveram se casar formalmente. No dia 30 de abril deste mesmo ano aconteceu uma grande festa de casamento, realizaram o casamento também no civil, com direito a troca de nomes. Agora eram Jarbas e Mikael Bitencourt.

Nesse momento, Jarbas conta que sentiu a necessidade de aprofundar mais sua história com Mikael aumentando a família. Para Mikael também não foi uma decisão difícil, dado que já carregava esse desejo há muitos anos. Após muita conversa e alinhamento entre os dois sobre o que esperavam da paternidade e sobre as responsabilidades que viriam, os dois decidiram investir nesse novo passo em suas vidas.

Foi então que começaram o processo de adoção, a forma que ambos julgavam mais viável na época, dado que tinham pouquíssimos conhecimentos sobre métodos alternativos para casais compostos por dois homens. Nesse meio tempo, conversando com amigos e familiares, eles compartilharam esse desejo de adotar e receberam uma informação que poderia ajudá-los nesse processo.

Pessoas próximas ao casal conheciam uma garota da cidade vizinha à deles que estava grávida e não gostaria de manter a criança. A intenção da pessoa era, após o nascimento, entregar a criança para o acolhimento e posterior adoção. Os dois pensaram que talvez essa criança pudesse ser o futuro filho do casal. No entanto, entregar diretamente a criança é ilegal. Seria necessário que a mulher entregasse a criança, primeiramente, para acolhimento e então para a casa de passagem para que o processo de adoção, de fato, se iniciasse.

Porém, não seria garantido que essa criança seria adotada por Jarbas e Mikael, afinal, a adoção envolve vários processos burocráticos e poderiam haver pessoas à frente dos dois para adotar uma criança naquele perfil. Ainda assim, achavam que valia a pena tentar adotar essa criança através de um outro meio.

Contrataram um advogado familiar, que os incentivou a tentar adotar o bebê que estava para nascer através de um processo em que eles pedissem a guarda da criança e os pais abrissem mão dessa guarda. Também conversaram com a garota que já estava gestando há 5 meses e ela não se opôs em realizar o procedimento para ceder o bebê ao casal.

Amparados pelo advogado, decidiram apostar tudo no processo denominado adoção consensual, no qual a mãe biológica da bebê pode escolher quem serão os pais dessa criança. Para que essa prática seja regular, é necessário que todo o trâmite seja acompanhado pela vara da Infância e da Juventude, por isso, ter o apoio de um advogado especialista no assunto é essencial para que a condução do processo aconteça de forma correta e segura.

Durante esse momento, em entrevista ao podcast Prosa Choque⁶, o casal contou que já se sentiam pais da criança e que toda essa expectativa foi crescendo à medida que a parte burocrática e a gravidez avançavam. Chegaram até a tranquilizar a parturiente: “não se preocupe, nós somos os pais dessa criança”, conta Mikael.

No entanto, quando chegou o momento da garota ter o parto, ela rompeu contato com Jarbas e Mikael, que pararam de receber notícias sobre ela e o bebê. Os dois estranharam o comportamento dela. O casal soube posteriormente que bebê já havia nascido e o casal não foi envolvido em mais nada relacionado a criança. Após alguns dias, ela enviou uma mensagem para eles, avisando que

⁶ BARRIGA SOLIDÁRIA COM JARBAS E MIKAEL. Locução de: Daniel Lage. Entrevistados: Mikael e Jarbas Bittencourt. Prosa Choque, 4 mar. 2024. Podcast. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rp7cwBN8NJc>. Acesso em: 9 abr. 2025.

havia desistido de passar a guarda da criança para os dois e que o bebê havia sido entregue para outro casal.

O enxoval da criança estava pronto. As roupas já haviam sido compradas. O quarto já estava montado. Ambos estavam prontos para receber o bebê que já consideravam filho.

A frustração foi enorme, principalmente por não entenderem direito o que aconteceu de fato com o bebê e as motivações que levaram a gestante a mudar de ideia em cima da hora. “Precisamos tirar nosso time de campo, foi um sofrimento muito grande”, explica Jarbas. Esse episódio marcou profundamente o casal que entrou em depressão após o ocorrido. Em entrevista ao podcast, Mikael relatou ter perdido dezoito quilos após o episódio. Pensaram então, em focar no processo de adoção, mesmo que tivessem que enfrentar um tempo mais longo para concretizar seu sonho enquanto lidavam com a dor dessa perda.

2.1 - A barriga solidária

A amiga e mãe dos afilhados do casal, Jéssica Konig, percebendo o sofrimento dos dois, buscou uma maneira de ajudá-los. Pesquisando, chegou até a informação da barriga solidária ou útero de substituição. Em uma rodada de perguntas realizadas pelo Instagram do casal, Jéssica conta que foi atrás de tudo antes mesmo de conversar com eles e chegou a realizar até ligações para clínicas a fim de entender o processo.

Com todas as informações básicas em mãos, dois meses após o episódio da adoção frustrada, Jéssica contou ao casal sobre a possibilidade de realizar a barriga solidária e se prontificou a ser o útero de substituição do bebê deles. No começo foi uma surpresa para os dois, até desconfiaram da viabilidade da proposta, mas decidiram estudar melhor a possibilidade, como funcionaria os procedimentos e os valores para realizá-los.

No dia seguinte, Jarbas e Mikael já estavam na clínica para conversar com a equipe médica. Após o primeiro trauma com o acontecimento da adoção, decidiram encarar esse novo processo com a cabeça no lugar e os pés no chão para evitarem novas frustrações.

Conversando com a médica ginecologista especialista em RA, Dra. Daiane Pagliarin, descobriram que os procedimentos, ainda que com várias etapas, não eram de extrema complexidade e, ainda que com dificuldade, conseguiriam arcar com os custos.

Iniciaram prontamente todos os procedimentos, começando pela coleta do sêmen de ambos. Já para a parte do útero de substituição, ainda que já tivessem Jéssica consentindo o procedimento, era necessário um trâmite burocrático mais extenso.

Para realizar esse processo em que existe a “doação” do útero temporariamente, existem algumas exigências para que o procedimento não caia na irregularidade. Uma delas é que a pessoa que irá gestar a criança deve ser parente de até quarto grau (mãe, filha, irmã, avó, sobrinha, tia ou prima) de um dos parceiros sem que implique em consanguinidade. A permissão para que pessoas externas à família possam gerar o bebê só foi legalizada em 2021, sendo necessária a solicitação de permissão para o Conselho Regional de Medicina (CRM). Além disso, a Resolução 2.320/2022 do Conselho Federal de Medicina (CFM) proíbe que a prática tenha qualquer tipo de fim lucrativo.

Através da clínica de fertilização, eles solicitaram a autorização necessária ao CRM para que o caso fosse analisado. Enquanto aguardavam, o casal teve que recorrer a outro processo para a realização da FIV: ainda precisavam dos óvulos que gerariam o bebê.

Por isso, o casal foi instruído a buscar bancos de óvulos para comprá-los, uma aquisição bastante cara, dado que apenas o processo de congelamento dos óvulos pode chegar a 15 mil reais.

Porém, tiveram mais uma surpresa, a qual Jarbas considera uma verdadeira benção. A irmã de Mikael, Marrie, notando que o casal comprometeria a parte financeira para arcar com a compra dos óvulos, para além de todos os procedimentos que envolveriam a gravidez de Jéssica, decidiu ajudar com o que podia. Ela seria a doadora dos óvulos para o casal.

“Meninos, por que vocês vão comprar óvulos se todo mês eu jogo os meus fora?”, foi o que ouviram dela.

Nesse caso, ao se consultarem com a clínica, receberam a notícia de que não seria necessário nenhuma outra autorização que não fosse a de Marrie para realizar a doação, evitando mais um longo processo burocrático. Logo, iniciaram a estimulação em Marrie para que, posteriormente, fosse realizada a coleta dos folículos.

Após a aplicação das injeções em doses diárias e a realização da coleta, os óvulos foram congelados enquanto esperavam o resultado da autorização de barriga solidária do CRM. Nesse período, por questão de consanguinidade, foi-se decidido que os espermatozoides seriam utilizados para fecundação seriam os de Jarbas, dado que os óvulos já eram da irmã de Mikael. Sendo assim, o bebê seria o primeiro da região Sul do país a ter os genes dos dois pais.

Enquanto todo o processo inicial com a clínica foi iniciado em fevereiro de 2023, o resultado do processo no CRM a respeito do útero de substituição só aconteceu em agosto deste mesmo ano. Os dois contam que tiveram que lidar com um grande período de ansiedade, já que tinham praticamente todos os elementos para o procedimento de FIV alinhados e essa era a única pendência para que pudessem iniciar a gestação. O medo de uma nova negativa também era constante. Jarbas temia frustrar Mikael mais uma vez.

Felizmente, havia dado tudo certo. Jarbas conta que chorou na ligação com a Dra. Daiane enquanto recebia a notícia. Foi cho-

rando também que contou a novidade a Mikael. Finalmente o sonho parecia que iria se concretizar.

Com o resultado positivo do processo, a fertilização dos óvulos foi realizada pela clínica para gerar os embriões. Dos 22 óvulos coletados, 7 óvulos foram fecundados. Dos embriões gerados, apenas um foi selecionado para realizar a transferência embrionária.

Para a seleção do embrião mais saudável e, consequentemente, com mais chances de se desenvolver bem no útero, foi realizada uma análise e biópsia do material embrionário. Nesse momento, os pais descobriram a sexo do bebê: teriam uma menina. Eles confessam que desde o primeiro momento achavam que teriam um filho menino e que a notícia que apenas embriões do sexo feminino haviam se desenvolvido melhor foi um choque. Jarbas conta que possui um lado espiritual aflorado e, por isso, no fim das contas, entendeu que o destino os reservava uma menininha.

Eis que o momento tão aguardado da transferência chegou. Mikael e Jarbas registraram todo o processo e postaram em sua rede social. Eles definem esse momento como uma verdadeira cerimônia, na qual, no caso deles, havia até música. Foi um momento extremamente emocionante para os dois, para Jéssica e para a equipe médica, que acompanhou a inserção dos embriões através do ultrassom.

A partir desse momento, o casal decidiu compartilhar todo o processo da barriga em suas redes e usar esse meio como uma forma de propagar informações sobre a barriga solidária. Junto com Jéssica, mostravam o dia a dia com a rotina de exames, o teste positivo de gravidez que foi mais um momento de muito choro e alegria para o casal, e também compartilharam as diversas notícias e entrevistas que faziam a respeito da barriga solidária. Além disso, passaram a fazer parcerias com várias marcas, o que os ajudava

financeiramente, assim como divulgava mais informações sobre a história da família.

Tudo correu muito bem durante a gestação, porém confessam que a ansiedade da espera era complicada de lidar, uma das partes mais difíceis do processo segundo eles. A apreensão que viviam era grande e diária. Para eles, estar longe da barriga na maior parte do tempo era muito complicado, mesmo depositando total confiança em Jéssica e nos cuidados que ela teria durante a gravidez.

“Às vezes a gente via ela duas ou três vezes na semana, às vezes passávamos uma semana sem vê-la sabendo que ela tá com a nossa filha na barriga dela. Então foi muito difícil para mim e para o meu esposo esse processo de barriga solidária”, conta Jarbas. Mesmo com todos os desafios anteriores, para eles essa foi a pior parte.

Ele ainda ressalta que, ainda que seja a melhor solução para muitos casais, o processo do útero de substituição pode ser bastante desafiador para muito além da parte médica ou burocrática. Quando a barriga não convive com os pais, a distância e a falta de total controle do que está acontecendo com a gestante e com o bebê podem tornar esse momento de espera ainda mais complicado.

Ainda assim, ambos acompanharam todos os ultrassons e exames da bebê e de Jéssica. Os momentos em que passavam juntos também eram carregados de emoção, principalmente quando Jéssica os chamavam para que pudessem sentir os movimentos da bebê, agora já com o nome de Antonella, em sua barriga. Eles descrevem a sensação de sentir a filha na barriga como uma experiência surreal.

2.2 - O parto

Jéssica, Mikael e Jarbas tinham a expectativa de que o parto de Antonella fosse natural, e assim se planejaram durante toda a

gestação. Porém, com 39 semanas de gravidez, o parto precisou ser induzido por conta das grandes enchentes ocorridas em maio de 2024 no Rio Grande do Sul. Com muitas vias interditadas e com o difícil acesso à capital, os médicos preferiram ter mais controle sobre o dia da chegada da Antonella a fim de evitar que, caso tudo acontecesse naturalmente, o casal e Jéssica não conseguissem chegar à capital para que o parto ocorresse com todo o amparo médico necessário. “Um caminho que levava uma hora estava levando cinco”, Jarbas explica.

Ainda assim, escolheram manter o parto normal humanizado. Após a indução, que pode ser realizada de maneira mecânica através de técnicas de toque por parte da equipe médica ou por meio de medicamentos, Jéssica permaneceu em trabalho de parto por cerca de 10 horas. Jarbas conta que, além dos nove meses de espera, essas horas antes da chegada de Antonella foram uma das mais tensas do processo.

Todo o momento foi registrado por uma equipe de audiovisual e também compartilhado nas redes sociais. Jarbas e Mikael ficaram as 10 horas ao lado de Jéssica, oferecendo palavras de motivação e conforto, ajuda para fazer os exercícios de respiração e de alívio de dor, fazendo massagens e oferecendo tudo o que podiam para que o processo fosse o mais tranquilo possível.

A equipe médica também estava sempre próxima monitorando, instruindo e, como em um parto humanizado, ouvindo atentamente aos desejos e necessidades de Jéssica para ofertar um ambiente saudável e confortável para ela.

Mesmo com a dor do parto, o ambiente era mantido leve. O quarto estava repleto de fotos do casal e de Jéssica. Balões enfeitavam o local para receber Antonella. Tocava música. Havia luzes decorativas nas paredes, criando uma ambientação de relaxamento e um clima quase mágico.

E enfim, no dia 17 de maio de 2024, Antonella chegou ao mundo completamente saudável. Jarbas e Mikael não só presenciaram a chegada de Antonella, como auxiliaram a equipe médica no parto. Mikael foi o primeiro a segurar a bebê.

Havia muita emoção e lágrimas. Um estado de êxtase para o casal. Após o nascimento, a família não pôde estar por perto por conta da má condição das estradas. Porém, prontamente os parentes de Antonella a conheceram através de videochamadas no celular. Certamente, Antonella já era muito amada por todos que acompanharam esse processo junto ao casal.

2.3 - Quando o meio de informação se torna um portal para homofobia

Mesmo com a realização do sonho do casal, ao postarem todo o processo e história de Antonella no Instagram, se depararam com um verdadeiro pesadelo de ataques e comentários homofóbicos. Até mesmo a bebê foi vítima de mensagens maldosas.

“Como essa criança será criada sem mãe?”

“A Antonella não é filha de Deus”

“Uma família dessas tem que arder no inferno”

“Não é possível que haja amor em um ato desses, é uma gambiarra”

Essas foram algumas das coisas que o casal leu em suas redes sociais e nas mensagens que receberam pelo Instagram. Além de perfis fakes, Jarbas conta que via muitas pessoas religiosas fazendo esse tipo de acusações. Havia comentários até mesmo de outras mães que não veem o método da barriga solidária como realmente válido, principalmente quando utilizada em prol do desejo de aumentar a família de um casal homoafetivo.

Jarbas ainda diz que não se importa com o que os outros pensam sobre o casal e a filha, se gostam da família ou não, mas exige que os três sejam respeitados.

A Central Nacional de Denúncias da Safernet, um canal de denúncia para crimes cibernéticos, registrou um aumento de 67,5% nas denúncias referentes a crimes de ódio, entre eles, a LGBTI+fobia.

Outro retrocesso preocupante é a nova política de conduta de ódio da Meta que entrou em vigor no início de 2025, pondo fim ao programa de checagem de fatos e permitindo comentários homofóbicos e transfóbicos relacionando pessoas LGBTI+ a doentes mentais.

Os perigos se agravam nas ruas. Em 2024, 291 mortes violentas de pessoas LGBTI+ foram registradas no Brasil, um crescimento de mais de 13% em relação ao ano anterior. A pesquisa do Observatório do Grupo Gay da Bahia registra também mortes de pessoas heterossexuais confundidas por pessoas da comunidade ou que tentaram defender outras vítimas. O perigo não se restringe apenas à população LGBTI+, aliados e até pessoas hétero-cis são alvo dos ataques.

Com razão, Jarbas e Mikael passaram a ficar preocupados com os comentários que se multiplicavam, por isso decidiram tomar providências para tentar, ao menos, diminuir as ofensas e não deixar impunes quem as proferia. “Tivemos até que contratar uma assessoria jurídica, porque do jeito que estava não dava pra ficar”, ele explica. Com amparo jurídico, passaram a processar as pessoas criminosas que deixavam comentários homofóbicos e ameaçadores.

“As pessoas acham que dois homens não conseguem criar um filho, mas nosso Instagram tá aí, dá pra ver que a Antonella é a criança mais amada do mundo”, Jarbas conclui o assunto.

2.4 - A paternidade a dois

Como pais de primeira viagem, Jarbas, hoje com 49 anos, e Mikael, hoje com 36, ainda estão aprendendo como navegar essa

nova vida ao lado de Antonella. Além dos momentos emocionantes e divertidos ao lado da filha, Jarbas conta que uma das principais preocupações dos dois como pais são a saúde da bebê. Segundo eles, sempre mantiveram a vacinação em dia e Antonella nunca ficou doente nem teve febre. Isso tudo graças ao cuidado constante dos papais.

O preconceito também é algo que os preocupa, principalmente quando Antonella estiver maior, com mais entendimento sobre o mundo ao seu redor e começar a frequentar outros espaços, como a creche. “A gente tá preparando ela desde cedo para ela aprender a como se comportar”, conta Jarbas.

Porém, apesar dos dois pontos desafiadores levantados, eles se consideram sortudos, já que Antonella é uma criança calma, que nunca causou maiores dores de cabeça ao casal. Pelo contrário, eles contam que ela é uma grande parceira das aventuras e brinqueiras dos papais.

Em entrevista ao Podcast Prosa Choque, eles contam que querem mostrar à Antonella que o mundo é leve, para que ela realmente acredite que esse mundo existe. Eles também têm a consciência de que é a geração dela que irá, no futuro, ensinar as próximas sobre o que é amor e como é viver com dois pais ou duas mães. Por isso, enxergam muita responsabilidade no papel deles, como pais, de poder passar tudo isso para ela.

Eles ainda seguem compartilhando nas redes sociais o dia a dia da paternidade ao lado de Antonella, os passeios, as idas à praia, as aulas de natação com o papai Mikael, o contato com o resto da família do casal, os cachorros e os recorrentes encontros com Jéssica, a barriga que gerou a filha do casal. É difícil desacreditar quando dizem que são a família mais feliz do mundo.

JARBAS, MIKAEL & ANTONELLA





CAPÍTULO 3

PEDRO, JANDERSON, LUÍSA, VALENTINA & VITOR

Pedro Maciel Filho e Janderson Lima se conheceram em 2001, em Governador Valadares. Pedro era de uma cidade vizinha, enquanto Janderson, capixaba, foi à cidade para fazer faculdade de odontologia. Ambos se viram pela primeira vez em um bar da cidade. Mantiveram contato e encontros por muitos anos, mas só começaram a namorar de fato quando Janderson estava finalizando a faculdade e se mudou permanentemente para Minas Gerais.

“Nossa história começou a partir do momento em que começamos a compartilhar sonhos em comum, termos nossa própria casa, viagens...”, Pedro conta. Passaram então, a morar juntos e compartilhar grandes projetos, já que na época os dois estavam bastante otimistas já que começaram a se inserir no mercado de trabalho.

Para Pedro, o sonho de ser pai sempre existiu. Janderson, no entanto, mesmo sabendo da vontade de Pedro, não compartilhava do mesmo sonho, pensava em curtir a vida viajando. Ele também não tinha muita referência de famílias compostas por um casal gay. Ainda assim, após alguns anos de relacionamento e com muita conversa, Janderson se abriu para a vontade de seu namorado.

Eles até pensaram em entrar em um processo de adoção. Porém, por volta de 2005, não se lembram com clareza do ano, tiveram uma grande frustração: um casal gay bastante próximo ao casal não foi autorizado a seguir com o processo de adoção. Pedro e Janderson até chegaram a conhecer as crianças enquanto o processo de adoção corria, mas ao final do processo, quando tudo dependia da decisão do juiz, este não autorizou que as crianças fossem filhas do casal.

A decisão foi tomada por se tratar de um casal homossexual. “Ele negou, ele disse que dois homens não seriam capazes de criar filhos”, contou Janderson em uma palestra do TEDx Talks. Seria

aberta uma exceção apenas caso um dos dois decidisse adotar, formando perante a lei uma família monoparental. O juiz não autorizou que houvesse o nome de dois pais no registro da criança. O direito à adoção por casais homoafetivos só foi reconhecido pelo STF (Supremo Tribunal Federal) em 2015, pela Ministra Carmen Lúcia.

Para Pedro e Janderson, acompanhar esse caso foi como um verdadeiro balde de água fria. Afinal, se não pudessem adotar, qual outra opção haveria? Eles até tiveram amigas homossexuais que se ofereceram para ter os bebês e propor a guarda compartilhada. Mas sabiam que esse método não os completaria. Eles queriam ter seus próprios filhos com o nome de ambos em seus documentos.

A barriga solidária também não era um método viável, já que as irmãs de Janderson já possuíam mais de 50 anos, idade limite autorizada para a realização do procedimento, e já tinham feito laqueadura. Além disso, a barriga solidária só foi regulamentada na Resolução do CFM nº 2.121/2015. Na época, Janderson e Pedro não viam alternativas para seguir com o sonho. Eles também sabiam que, no Brasil, o método de barriga de aluguel é ilegal, sendo proibido realizar o útero de substituição com fins lucrativos.

Resolveram então, aguardar. “Vai que uma hora isso muda e casais homossexuais terão a possibilidade de adotar”, foi o que pensaram. Por anos, pararam de viver em prol de ter filhos. Passaram a focar apenas na relação dos dois, na história que ambos, como casal, iriam trilhar juntos para se completarem.

Até que em 2012, tudo mudou. Pedro, em uma grande festa, conheceu um casal israelense que morava no Brasil, já que um deles era cônsul de Israel no país. Quando foram apresentados, contaram a Pedro que esse casal havia tido um casal filhos através de barriga de aluguel internacional. No momento, ele não quis insistir na história com os recém conhecidos, mas confessa que ficou bastante instigado. Resolveu marcar um dia para levar Janderson para conhecer o casal para que compartilhassem a sua história.

Pedro conta que, enquanto conversavam, notou um olhar diferente em Janderson. Foi como um clique, uma esperança repentina que tomou conta do casal. Eles poderiam usar seu próprio material genético, além do material da doadora de óvulos. Além disso, todo o processo seria realizado no exterior, não teriam que passar pela justiça brasileira, a qual sabiam que seria tendenciosa.

Eles poderiam, então, ter filhos. Filhos deles, sem guarda compartilhada, sem adoção monoparental e, quem sabe, até mesmo com o nome de ambos na documentação. A barriga de aluguel internacional parecia o plano perfeito.

Saíram desta conversa com a decisão tomada: iriam entrar em contato com a agência israelense de barriga de aluguel. Eles contam que até utilizaram a casa dos amigos israelenses como um “laboratório” durante praticamente um ano, onde observavam a dinâmica daquela família que, um dia, seria igual a deles. Uma família normal, com lazer e obrigações. O desejo só foi aumentando, conta Pedro.

Com conversas recorrentes com os novos amigos, e consequentemente mais conhecimento sobre valores e sobre como funcionaria o procedimento, fizeram o primeiro contato com a agência no início de 2013. Nesse mesmo ano, os dois se casaram, com direito a festa e muita celebração. Os dois também já haviam planejado uma viagem para a Turquia e para a Grécia. Decidiram, então, incluir Tel Aviv no roteiro, a fim de conhecer a agência e iniciar de fato os procedimentos.

Na sede, eles tiraram dúvidas com os profissionais, perguntando sobre casos anteriores. Queriam saber também sobre o relacionamento das crianças com as famílias, se havia alguma revolta por parte delas por serem geradas através da barriga de aluguel. A agência também os questionou por que queriam ser pais, realizan-

do uma avaliação para entender se estavam aptos para o processo. Tranquilizados com a conversa que tiveram, aproveitaram a viagem para realizar a coleta de esperma de ambos.

Nessa viagem, a certeza da vontade de aumentar a família cresceu ainda mais. Durante a visita às praias locais, o casal observou outras famílias compostas por casais homoafetivos. Também viram diversas famílias com crianças durante a parada gay de Israel. Era um choque de realidade. O que era raro de se ver no Brasil, era comum lá. A esperança de levar uma vida como a daquelas famílias trouxe ainda mais certeza ao casal de que era daquela forma que queriam seguir sua história. “Nós vamos ter filhos, filhos felizes, saudáveis”.

3.1 - A barriga de aluguel

Com apoio e supervisão da agência Tammuz Family, o casal passou a tomar as primeiras decisões para iniciar de fato o processo. A primeira é que o país em que a barriga de aluguel, também chamada de surrogacy, seria realizada era a Tailândia. Também sabiam que queriam ter filhos com os genes de ambos. Portanto, caso tivessem gêmeos de apenas Janderson, por exemplo, continuariam as tentativas para que pudessem ter mais um bebê com o gene de Pedro. Para isso, gostariam de fazer duas gestações simultaneamente.

Era necessário também, escolher a doadora de óvulos. A agência enviou ao casal, então, um site com o perfil completo das doadoras, envolvendo o histórico familiar, além das características físicas. Queriam que existisse uma única doadora, para que as crianças fossem geneticamente irmãs. Optaram por uma doadora da África do Sul. Todo esse processo do transporte do material teve que ser custeado pelo casal que estava adquirindo os óvulos e os serviços de útero de substituição.

As mulheres que iriam gestar as crianças, ainda que o casal soubesse que iriam ser da Tailândia, não passaram pelo crivo dos dois, mas sim da agência, que possui os dados sobre a saúde das mulheres que se propõem a serem barrigas de aluguel. “A agência tem tanto interesse quanto nós que dê certo, então eles fazem essa escolha apenas pela saúde da mulher”, explica Pedro.

No Brasil, a visão da barriga de aluguel é distorcida. Pedro até relembra a telenovela da TV Globo exibida nos anos 90 chamada “Barriga de Aluguel”. A trama principal envolvia um casal que contratava uma mulher como barriga de aluguel de seu bebê. Com o desenrolar do enredo e nascimento da criança, a mulher que levou a gestação se afeiçoou ao bebê, entrando em uma disputa pela maternidade junto com a mulher que a contratou.

Segundo Pedro, porém, a visão sobre o procedimento na Tailândia é culturalmente bastante diferente. Ele usa como exemplo a mulher que gerou as suas gêmeas do casal. O valor que ela havia conseguido com a gestação por substituição foi utilizado para pagar sua faculdade. O marido da mulher também sempre a acompanhava nos exames e inclusive no dia do parto. Ele também conta que, como em um *business*, não havia nenhum tipo de apego emocional entre as gestantes e os bebês e que a relação entre o casal e elas era bastante saudável.

Ainda assim, nem sempre a prática é regular, existiram casos na Tailândia de verdadeiras “fazendas” de barriga de aluguel, como o descoberto em 2011, noticiada pela BBC News Brasil⁷. Uma organização criminosa enganava mulheres e as mantinham presas em um sítio. Essas vítimas toparam realizar os procedimentos de barriga de aluguel em troca de uma quantia de dinheiro que

⁷ WENTZEL, Marina. Policia liberta mulheres grávidas de ‘fazenda de bebês’ na Tailândia. BBC News Brasil, Bangkok, 25 fev. 2011. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/02/110225_tailandia_gang_baregas_mw. Acesso em: 21 abr. 2025.

não era repassada à elas. Além disso, a organização apreendia o passaporte das “barrigas”, que se viam sem chances de fugir.

3.2 - A gestação à distância

Para o casal, estava tudo pronto: os óvulos haviam sido fecundados pelo material de Pedro e de Janderson. Também já haviam sido transferidos para os úteros das “barrigas” na Tailândia. Agora era hora de esperar daqui do Brasil e acompanhar de longe o desenvolvimento da gestação.

Era um momento de bastante tensão para o casal, ainda que fosse uma verdadeira mistura de sensações: alegria, medo, esperança, ansiedade. Estavam longe dos filhos e não podiam acompanhar o dia a dia das mulheres que os gestavam. O casal recebia regularmente através da agência notícias sobre os exames realizados e até levavam esses documentos para médicos brasileiros avaliarem. Ainda assim, não poder acompanhar tudo de perto era um grande desafio para os futuros papais. Toda essa separação os causava aflição.

No meio do processo houve ainda uma notícia nada boa: haviam perdido uma gravidez. A tristeza foi grande e o medo também. Receber um ultrassom em que o coraçãozinho de seu filho não bate é uma dor imensurável. Ainda assim, conseguiram conduzir bem esse momento, e se apagaram à fé religiosa.

Também receberam a notícia que a outra gestação desenvolveu bebês gêmeos. Como haviam combinado no início do processo que queriam ter crianças com o DNA dos dois, independentemente se tivessem gêmeos no meio do processo, partiram para uma nova tentativa. Dessa vez colocaram apenas um embrião: “vai ser o que tem que ser”. No fim das contas, o embrião viria a ser o caçula do casal.

Outro susto no meio do caminho aconteceu quando a Tailândia proibiu a prática de barriga de aluguel para estrangeiros em

2014. Um dos casos que motivou a decisão foi o abandono de uma criança com Síndrome de Down com a mulher que gestou, enquanto o casal que contratou o serviços levou apenas a criança gêmea sem a síndrome para casa. Houve também o caso de um homem do Japão que teve 16 crianças através da barriga de aluguel no país, levantando preocupações referentes ao tráfico de bebês. A decisão, porém, não interferiu nas gestações de Pedro e Janderson, já que o processo havia se iniciado antes da nova lei, porém se sentiram inseguros antes de entender, de fato, como funcionaria essa nova legislação.

Outro desafio era contar para familiares e para outras pessoas sobre o procedimento que estavam fazendo. Eles explicam que houve uma certa preparação. O primeiro choque era saber que o casal teria filhos. O segundo choque era quando diziam que eram três. Ainda sim, a notícia gerou imensa alegria para todos que souberam das novidades.

“Minha mãe ganhou netos de quem ela menos esperava. O filho gay deu três netos para ela”, conta Pedro com bom humor.

Com o passar dos meses também foram se tranquilizando com as notícias positivas que iam recebendo. Agora tudo corria bem com as duas gestações, sem sinal de possíveis perdas. Sabendo o sexo dos bebês, duas meninas gêmeas e um menino, eles também começaram a fazer grandes festas, os famosos chás de bebês, que eram uma grande celebração entre eles e pessoas especiais.

Pedro conta que, ainda que já tivessem sofrido preconceito por conta da sexualidade, ele e Janderson nunca sofreram preconceito pela escolha de aumentar a família. As pessoas que mantinham por perto durante esse processo eram aquelas que já sabiam da sexualidade do casal e os respeitavam daquela forma. Não mantinham contato com pessoas que não os apoiassem.

Além dos enxovals, o casal também iniciou a reforma da casa. Afinal, o local que abrigava duas pessoas, muito em breve

abrigaria cinco. Os dois começaram também a fazer cursos, ler livros e estudar de fato para encarar os desafios que sabiam que a paternidade traria.

Logo a história dessa família alcançaria muito mais pessoas do que o casal podia imaginar. Durante o período da gestação, começaram a ser contactados por diversos veículos de comunicação, afinal, o primeiro casal brasileiro a realizar a barriga de aluguel fora do país eram dois homens gays. Um caso sem precedentes. A expectativa de um casal e sua família se tornou uma expectativa nacional.

3.3 - O nascimento dos bebês

Pedro e Janderson já haviam recebido da equipe médica a data prevista para o nascimento das gêmeas Luísa e Valentina, que chegariam alguns meses antes de Vitor, que ainda estava sendo gestado. Tudo estava programado para o dia 29 de outubro de 2014. No entanto, tiveram uma surpresa: 10 dias antes, quase às 23h, o telefone deles tocou para avisar que as filhas do casal já haviam nascido.

Os dois contam que houve certo desespero, pois queriam estar perto das filhas o mais rápido possível. A correria começou: troca de passagens, malas, hospedagem. Tudo teve de ser revisto de modo que chegassem à Tailândia o mais rápido possível. Infelizmente não puderam acompanhar o parto das meninas, porém haviam nascido bem e com saúde, o mais importante para eles naquele momento.

Eles contam que encontrar Luísa e Valentina foi uma das sensações mais emocionantes da vida do casal. “Até hoje me lembro da sensação de tocá-las pela primeira vez”, conta Pedro.

Eles também tiveram, nesse dia, contato com a barriga de aluguel das meninas pela primeira vez. Foi um contato tranquilo

e sem sentimentalismos por parte da mulher como no imaginário brasileiro. Ela quis apenas segurar as bebês. O casal até planeja, no futuro, voltar com as crianças para a Tailândia para realizar um reencontro.

Após a alta hospitalar, o casal e os bebês ficaram em um apartamento que o casal já havia reservado. Pedro e Janderson haviam decidido antes mesmo do nascimento que iriam sozinhos à Tailândia. Queriam passar as primeiras semanas juntos, apenas eles e as bebês. A distância de 9 meses de suas filhas os fez querer construir uma conexão mais forte assim que elas chegassem ao mundo. Não levaram nenhum familiar ou babá para apoio nessa viagem. Seriam apenas os quatro aprendendo sobre esse novo mundo juntos.

No entanto, esse período que passariam na Tailândia antes de levar os bebês para casa era incerto por conta das questões burocráticas que envolviam trazer essa criança para o Brasil. Como o primeiro caso no país a realizar o procedimento, não havia nenhuma jurisprudência que pudesse ser usada para agilizar o processo. Mais um grande desafio começava.

3.4 - A vinda para o Brasil e o registro das crianças

Antes mesmo do nascimento dos bebês, o casal havia feito algumas pesquisas e chegaram também a conversar com a embajada tailandesa aqui no Brasil para informá-los sobre o procedimento. Ainda sim, foram buscar suas filhas cheios de incertezas de como correria todo esse processo.

Por isso, contrataram um advogado brasileiro especializado para os instruir. O primeiro passo seria realizar um teste de DNA que comprovasse que as crianças eram filhas biológicas de Pedro. No Ministério do Interior da Tailândia, o casal apresentou esse teste de DNA, assim como todos os documentos que provaram a contratação da agência de surrogacy, além dos relatórios médicos

referentes à fertilização. Toda a documentação inicial tratava os bebês como qualquer outra criança tailandesa.

Depois foram à Embaixada Brasileira para entender como voltar ao país com as crianças. Porém, era tudo novo até mesmo para a embaixada, que nunca havia experienciado um caso de casais brasileiros que iam ao país realizar a barriga de aluguel.

Ainda assim, com toda a documentação inicial e provas, conseguiram emitir o passaporte das crianças. Tudo isso após quase um mês de estadia na Tailândia. Por fim, puderam começar a planejar a volta para casa.

O nome da mulher tailandesa ainda constava como mãe da criança. Para trazê-las ao Brasil, a barriga de aluguel teve de assinar como responsável autorizando a saída dos bebês com os pais. No final de novembro, após muitas idas e vindas burocráticas, as crianças finalmente chegaram ao Brasil.

Depois de poucos meses, no entanto, o casal deixou as bebês sob os cuidados da família para buscar na Tailândia o mais novo integrante da família: Vitor, que nasceu em fevereiro de 2015. Dessa vez, o casal chegou 5 dias antes do parto e puderam acompanhar emocionados o nascimento de seu filho. Trazê-lo para casa foi bem mais simples, já que já sabiam o passo a passo a ser seguido.

Aqui, o desafio foi retificar todas essas documentações com a situação real das crianças. Foi um grande choque para o casal descobrir o quanto difícil era tratar sobre o tema no país. Até retirar o nome da barriga de aluguel dos documentos dos bebês foram quase dois anos.

Para isso, utilizaram os exames de DNA realizados ainda na Tailândia, dessa vez para provar que as crianças não possuíam o DNA condizente com o da barriga de aluguel, dado que o material genético era da doadora do óvulo e do pais biológicos.

Tudo foi resolvido através de um advogado e Pedro conta que não houve nenhum tipo de processo ou ação judicial. Foi feita a solicitação de intervenção nas documentações dos bebês no cartório e o promotor aceitou fazer os ajustes necessários. Isso só foi realizado após o casal apresentar todas as provas sobre os serviços de barriga de aluguel, os procedimentos e os contratos da agência. Tinham que comprovar que nada do procedimento envolia tráfico de crianças, por exemplo.

Quase dois anos se passaram até que as três crianças tivessem os nomes dos pais em seus documentos brasileiros. “Tivemos dificuldades”, conta Pedro sobre esse processo, afinal, não podiam nem matricular as crianças em escolas no Brasil até que a certidão de nascimento fosse brasileira.

Atualmente, eles sabem o quanto importante foi terem de passar por tudo isso. Hoje, outras famílias que realizam o procedimento internacionalmente, sejam casais cis-hétero ou LGBTI+, possuem um caso de jurisprudência no qual se apoiam, tornando esse processo mais rápido e menos burocrático.

3.5 - Quanto custou o procedimento

Os valores para a realização de barriga de aluguel internacionalmente podem variar de acordo com diversos fatores: país em que o procedimento será feito, número de tentativas, valor de passagens aéreas, exames necessários, etc. Pedro e Janderson, por exemplo, contam que os EUA era um dos países mais caros, por conta da criança nascer com o visto e cidadania norte-americana.

É importante lembrar também que tudo é custeado pelo casal que está solicitando o procedimento. Portanto, se a barriga de aluguel necessita de medicações ou alguma internação, por exemplo, eram Janderson e Pedro que pagavam. Eles contam que nunca

chegaram a colocar na ponta da caneta custo a custo de todo o processo, mas chutam que, na época, tudo ficou em torno de 110 mil dólares, que flutuava entre R\$ 1,94 e R\$ 2,65 entre 2013 e 2014. Isso porque o casal passou por mais de uma tentativa de desenvolvimento de gravidez, além de duas gestações simultâneas.

Além disso, o casal teve que viver um mês na Tailândia. O custo de vida no país pode passar facilmente aos 12.5 mil THB (Baht tailandês) mensais. Isso seria equivalente a R\$ 2.115,00 em 2025. Nesse mesmo ano, os valores das passagens para a Tailândia podem variar de 5 mil a 9,5 mil reais.

Em 2025, os valores referentes apenas ao procedimento da barriga solidária via agência podem partir de 60 mil e chegar a 117 mil dólares em um plano simples, no qual a família já possui embriões congelados no Brasil. Convertendo esses valores para a cotação do dólar em 2025, cerca de R\$ 5,60, os valores chegam a 655 mil reais.

3.6 - Uma família de cinco

Com a família completa, Janderson e Pedro encontraram meios de se adaptar a esse novo mundo. Haviam planilhas e mais planilhas com horários de amamentação, vacina e tudo mais. Se consideraram bastante organizados nesse começo. Pelo menos tentaram manter a ordem como podiam.

A mãe de Janderson também passou os primeiros meses na casa da família. Para ela, que havia perdido o marido há poucos meses, foi uma maneira de rever muito mais sentido na vida. A visita de outros familiares para ajudar com as crianças também era constante. Três crianças de uma só vez foi uma aventura e tanto para o casal.

Porém, se considerarm uma família completamente normal, com os prazeres e diversão da companhia uns dos outros, e dos de-

safios que as obrigações trazem também. Ainda assim, Pedro conta que foi muito importante ensinar desde cedo para seus filhos a história da família e de onde vieram.

“Às vezes as pessoas perguntam: ‘cadê sua mãe?’, e eles respondem: ‘nós não temos uma mãe, nós temos dois pais’”. Desse forma, eles conseguem lidar com outros questionamentos que chegam até eles ou até comentários preconceituosos. Houve casos até mesmo dentro da escola em que um coleguinha disse a uma das meninas que era impossível que fosse filha biológica do casal. “Minha mãe disse que filho de dois homens é só adotado”.

A filha do casal chegou até a ir a coordenação, ficou angustiada por não saber exatamente como provar que a afirmação era falsa. Os pais explicaram depois que nem todos entendiam direito a história da família e que a partir deles os outros entrariam em contato com essa nova forma de se formar uma família.

O casal inclusive conta que se encontra com outras famílias que realizaram a barriga de aluguel com certa recorrência. Eles acham importante que as crianças tenham contato com histórias parecidas com as delas. Para Pedro e Janderson essa é uma das principais mensagens que sua família promove: independente de como as crianças foram geradas, são uma família como qualquer outra.

PEDRO, JANDERSON, LUÍSA, VALENTINA & VITOR





CAPÍTULO 4

ARTHUR & MAITHÊ

“Há muitos anos atrás eu fui avisado por uma pombogira da casa que um dia eu ia ter um curumim”.

Arthur Henrique é um garoto de 19 anos, um morador de Fortaleza que viveu a vida toda no mesmo bairro. Desde criança convive com as mesmas pessoas, vai a consultas com os mesmos médicos do postinho próximo de casa, conhece os donos dos comércios locais.

Porém, nem todas essas pessoas conheciam Arthur de fato. Arthur nasceu e cresceu com outro nome e uma designação de gênero feminina, que não condizia com a sua. Durante a adolescência, ele se entendeu como um homem trans gay. No entanto, a família e muitas pessoas do bairro de Arthur nunca deixaram de vê-lo e tratá-lo da mesma forma que o tratavam na infância.

Durante o segundo ano do ensino médio, Arthur conheceu um garoto um ano mais velho com quem conversava de vez em quando e com quem tinha um amigo em comum. No ano seguinte, este menino se formou e abriu uma loja perto de sua casa, que ficava próxima à de Arthur. De família simples, ele pensou, então, em começar a trabalhar na loja desse garoto.

Nesse período, Arthur passava por problemas familiares. A convivência com uma mãe bastante temperamental e rígida era desgastante e prejudicava a saúde mental de todos. Além disso, ela e outros irmãos de Arthur não respeitavam sua identidade de gênero e pronomes. Os conflitos eram constantes

Arthur passou a morar, então, na casa do amigo, que o aceitou sem problemas. No início, a relação não passava de amizade, até porque Arthur também mantinha um outro relacionamento. Porém, com o fim desse relacionamento, Arthur começou a desenvolver uma relação amorosa com o garoto com quem morava. Foi durante esse relacionamento, que aconteceu a gravidez de Arthur.

O dia da descoberta, Arthur descreve como “atípico”. Ele estava voltando da escola refletindo sobre a aula um tanto quanto intensa do dia: havia tido uma briga entre alunos durante a aula que levou a chegada da polícia. Já estava em choque com tudo o que havia acontecido no dia. Chegando em casa, enquanto mexia no celular, abriu o aplicativo em que monitorava seu ciclo menstrual e notou que havia um atraso de 9 dias.

Ele conta que não entrou em pânico, afinal, já havia feito outros testes antes e o resultado sempre vinha negativo. Ele comprou um teste apenas por desencargo de consciência. Porém, dessa vez foi diferente. O resultado positivo o chocou. “Meu Deus, o que aconteceu aqui?”, foi a primeira coisa que passou por sua cabeça.

Ao mesmo tempo, ele conta que teve uma reação inesperada: ficou muito feliz com a notícia. Para ele, ter um filho nunca foi uma possibilidade nem um grande desejo. “Eu dizia pra minha mãe: ‘quando eu crescer, eu não quero ter filho, acho muito complicado. Pode esperar de qualquer filho seu, menos de mim’”. Porém, a descoberta da gravidez o deixou empolgado, estava contente em ter um filho.

Ainda assim, mesmo feliz, sentiu a preocupação de saber que geraria e criaria uma outra pessoa. Com apenas 17 anos, sabia que teria uma grande responsabilidade e desafio pela frente. Precisaria de apoio.

Era hora, então de contar a notícia. O desafio foi conversar sobre a gestação com o outro genitor da criança. Ele conta que, por estar inseguro com a reação, a primeira coisa que fez foi enviar uma foto do teste por Whatsapp. Chegando em casa, foi questionado se aquele teste era verdadeiro, e ele confirmou. O genitor então pediu que Arthur realizasse um aborto do bebê, o que Arthur negou, pois já se sentia pai do bebê. “Diferente de mim, ele surtou muito”.

O namorado de Arthur começou a chorar e se trancou no banheiro. Ele, então, se tornou bastante agressivo. Começou a chutar e socar as paredes ao seu redor. Além disso, sem detalhes, Arthur conta que ouviu frases bastante pesadas do ex. “Ele me fez chorar por três dias. Me disse tanta coisa ruim que eu fiquei bastante sensível”.

Ainda inseguro, sua ideia inicial era não contar para a mãe, só após talvez uns três meses de gravidez. No entanto, como sabia que teria que ir ao médico e realizar exames, sendo um menor de idade, algum familiar teria que acompanhá-lo. Diferente do que imaginava, a mãe de Arthur recebeu bem a notícia, ficou feliz com o novo neto que ganharia.

4.1 - Os desafios da gestação de um homem trans

A gravidez não foi um processo fácil para Arthur. Ele começou a ter bastante enjoos e vômito logo nos primeiros meses e os remédios receitados também não ajudavam. Ele conta que foi bem complicado, pois perdeu muito peso logo no início da gestação sem conseguir comer. Além disso, por estar muito fraco, passava a maior parte do tempo deitado, com dificuldade para levantar por conta da pressão baixa. No quarto mês, foi ao hospital preocupado em como o bebê estaria diante da sua saúde frágil. Sua medicação foi ajustada e os sintomas foram amenizados.

Ainda assim, durante os três primeiros meses, Arthur deixou de cuidar da casa, não tinha forças nem para trocar os sacos de lixo. Seu ex, incomodado com a situação, o expulsou de casa com um texto no Whatsapp. Nesse momento, sem ter para onde ir, ligou para uma amiga pedindo ajuda. Ela e sua mãe aceitaram Arthur sem objeções, ele diz que elas foram luz na vida dele durante aquele momento difícil. Ele viveu nessa casa até os oito meses de gestação, quando voltou a morar com a mãe após a família de seu irmão deixar a casa.

Além de todas essas dificuldades, a disforia de gênero (desconforto causado por características femininas ou masculinas de uma pessoa trans) foi algo difícil de lidar quando sua barriga começou a crescer.

Ele conta que se sentia mais “passável” andando pela rua antes da gravidez, pouquíssimas vezes desconhecidos o confundiam com uma mulher. No entanto, com a barriga, tudo isso mudou. Para alguém que há poucos meses planejava realizar a hormonioterapia, ver as características do gênero oposto ao seu se aflorando foi psicologicamente desgastante para Arthur. “Quando eu engravidiei, as pessoas começaram a me colocar nesse lugar de uma mulher que está gestando”. Ele passou a se sentir extremamente mal com o corpo e com os novos traços que iam surgindo, como crescimento das mamas.

O acompanhamento médico durante o pré-natal também foi bastante disfórico. Ele sabia que nenhum médico o trataria no masculino durante todo o processo, até porque alguns deles tratavam de Arthur desde pequeno e o enxergavam como a garota que conhecera anos atrás. Foi uma batalha que decidiu não lutar por já estar exausto diante de uma gestação complicada e tantas idas e vindas em sua vida.

“Eu pensei que era melhor eu não botar mais isso na minha cabeça, eu simplesmente aceitei o fato de que eles iam me chamar de ‘mãezinha’, de ‘ela’. Doía muito, dói até hoje quando eu vou no posto para as consultas dela [Maithê]”. Ele conta que nem fez questão de falar sobre ser um homem trans ou passar seu nome social para a equipe. O desgaste emocional o impedia de se preocupar com essa questão que, segundo ele, não seria alterada independente de quantas vezes insistisse. “Eu não sou hormonizado,

eu não sou retificado⁸, pra mim era um caso perdido”, ele conta em um depoimento que gravou no Tik Tok.

O ex de Arthur e pai da Maithê acompanhou algumas consultas e exames apenas até o sexto mês de gravidez. Após esse período, Arthur passou a ser acompanhado pela amiga. Ele conta que o trabalho era um fator que impedia o outro genitor de lhe fazer companhia. No entanto, logo ele parou, até mesmo, de perguntar sobre o andamento da gestação e a saúde de Arthur e da bebê. O contato entre os dois passou a ser bem menos frequente.

No meio de todo o caos que esse período trouxe, Arthur encontrava pequenos momentos para se conectar com sua filha. Conheceu uma influenciadora chamada Isabelle Abreu que escrevia cartas à filha durante a gravidez. Arthur pensou que teria amado se sua mãe tivesse escrito para ele. Resolveu, então, adotar o hábito.

Em um caderninho, escrevia a Maithê todos os meses sobre como a gestação estava, como se sentia, os acontecimentos de cada mês. No começo não sabia muito bem como começar os textos, era a primeira vez que escrevia algo do tipo. Mas com o passar dos meses foi se acostumando. Arthur continuou a escrever mesmo após o nascimento da filha, contando a ela sobre seu desenvolvimento e novas experiências.

Ele considera esses relatos importantes não só para a filha saber sua história e de seu pai, mas para que ele também tenha registros de como esse momento emocionante e complicado foi superado e resultou na pessoa mais importante de sua vida.

4.2 - A chegada de Maithê

Com uma gestação conturbada, o parto não poderia ser diferente. Arthur queria que o parto fosse normal e se planejava para tal.

⁸ Quando existe a retificação do nome e do gênero nos documentos de uma pessoa trans.

Mesmo sabendo da dor que enfrentaria, considerava o processo de recuperação mais rápido, já que não havia necessidade de cirurgia.

Porém, já no nono mês de gravidez, durante um exame de ultrassom, o médico disse a Arthur que o bebê não estava mais recebendo os nutrientes necessários através da placenta. Ele foi encaminhado para um obstetra que realizou “um maldito exame de toque”, nas palavras de Arthur. Ele conta que o exame foi extremamente desconfortável. Logo em seguida, mais uma notícia ruim: o médico pediu que Arthur voltasse no dia seguinte pela manhã em jejum para realizar uma cesariana.

“Eu fiquei meio em choque né, porque eu estava esperando a data prevista e aí do nada, sem nenhum tipo de planejamento, eu não tinha nada arrumado, e aí eu tive que ir”. No dia 13 de junho de 2024, teria sua filha.

Sua mãe, com quem ele passou a morar no último mês de gestação, fez questão de ajudá-lo com as malas da bebê e acompanhá-lo durante o parto. Ainda que ele não fizesse questão de sua companhia naquele momento por conta de todo os desentendimentos que passaram durante a vida, ele, mais uma vez, decidiu ceder para evitar mais problemas. Sua única certeza é de que não queria que o genitor estivesse presente, pois não se sentiria confortável com ele. Arthur não nega que, apesar de tudo, sua mãe prestou todo apoio necessário nesse momento.

Durante o parto, não houve nenhum tipo de intercorrência. Conhecer Maithê e tê-la em seus braços foi marcante: “Eu não sei muito bem descrever o que eu senti, mas pensei ‘nossa, realmente tenho uma filha agora’”.

No entanto, após o efeito da anestesia passar, Arthur conta que sentiu bastante dor. Tarefas simples como se sentar, levantar,

ir ao banheiro e tomar banho se tornaram doloridas. Ainda assim, após alguns dias, Arthur se recuperou com a ajuda dos cuidados de sua mãe.

4.3 - Tratamento interrompido

Antes de descobrir a gravidez, Arthur começava a planejar um processo que considerava bastante importante para sua transição. Ele estava se preparando para, assim que chegasse aos 18 anos, começar a realizar a terapia hormonal.

A hormonioterapia é um recurso que algumas pessoas trans utilizam para tornar suas características físicas condizentes com sua identidade de gênero. No caso de pessoas transmasculinas, a terapia irá reduzir características e traços femininos, enfatizando os masculinos. Para isso, são ministradas doses de testosterona através de diferentes formas como injeções, ingestão oral, adesivos, entre outros. Para entender a dosagem correta e a melhor forma de recebê-la, é essencial o acompanhamento médico.

Para Arthur, seria realizado o tratamento androgênico, aumentando a quantidade de pelos e músculos. Outros resultados são o engrossamento da voz, a interrupção do ciclo menstrual e até mesmo diminuição do endométrio e das mamas. Os primeiros efeitos podem ser sentidos a partir do primeiro ao terceiro mês de terapia e chegam ao ápice após o quinto ano de tratamento.

Em 2023, era possível que pessoas abaixo de 16 anos iniciassem o tratamento pela rede privada. Porém, Arthur conta que preferia esperar a maioridade para evitar um processo burocrático maior, dado que seriam necessárias autorizações de seus responsáveis. No entanto, em abril de 2025, o CFM (Conselho Federal de Medicina) alterou as diretrizes para realização do terapia hormonal, elevando a idade mínima para 18 anos, retrocedendo uma conquista importante para a comunidade trans.

O tratamento pode ser realizado através do atendimento especializado do SUS, assim como acompanhamento psicoterapêutico. Esse tipo de tratamento na rede pública só é autorizado para pessoas acima de 18 anos desde que foi disponibilizado no sistema, em 2008.

Com a descoberta da gestação de Maithê aos 17 anos, Arthur se viu forçado a adiar o tratamento para evitar qualquer problema na formação da bebê. Ainda assim, é um desejo que pretende um dia realizar.

4.4 - A paternidade transmasculina

Para Arthur, a paternidade está sendo um desafio e tanto, um período que ele descreve como um dos mais complicados de sua vida. Ainda que more com a mãe, ela trabalha durante todo o dia e Arthur acaba ficando todo esse tempo sozinho com a bebê que completou 10 meses em abril de 2025. A responsabilidade de criar uma criança sozinho é grande. Saber como educar, quais valores transmitir, fazer com que a criança se desenvolva de forma saudável é uma preocupação de extrema importância para a formação dessa pessoa sob seus cuidados.

Arthur confessa que, ainda que tenha aprendido muito sobre os cuidados com a bebê, ainda erra bastante. Tem dificuldade, por exemplo, de identificar qual choro significa o quê. Fome, dor, sono? Todas as alternativas citadas? Ou será que é só manha? Ele deve se preocupar? Às vezes isso o estressa bastante. Depois do estresse, a tristeza e a culpa por ter se estressado com a filha. Mas logo passa.

Ao mesmo tempo, novos desafios surgem: maneirar no sal da comida para não afetar a saúde de Maithê, pelo mesmo motivo, nada de oferecer doces. Além disso, ele está aprendendo e se

surpreendendo com os saltos de desenvolvimentos de um bebê e as habilidades que vão ganhando com o tempo. Quando Maithê começou a engatinhar, se mostrou uma menina bastante curiosa pelo mundo à sua volta. Toda essa curiosidade pode colocá-la em perigo para os quais Arthur precisa estar constantemente atento. “Eu tenho que botar tudo em cima da mesa para ela não pegar as coisas que ela não pode”, ele conta.

A atenção redobrada, ainda assim, permite que pai e filha estejam sempre juntos, brincando e compartilhando a vida. Após o nascimento da bebê, Arthur começou a usar seu Instagram e Tik Tok para contar sua vida como pai transmasculino. Em abril de 2025, soma mais de 33 mil seguidores em ambas as plataformas. Lá, ele posta diariamente suas brincadeiras com Maithê, rendendo conteúdos de fofura extrema. Também publica um pouco dos desafios de ser uma pessoa trans e da criação de um bebê.

Foi nas redes sociais também que Arthur começou a sofrer os primeiros ataques transfóbicos relacionados à paternidade:

“Se Deus possibilitou que você engravidasse, é para provar que, no fim das contas, você é sim uma mulher”.

Nas ruas de seu bairro, onde conhece muitas pessoas desde a infância, também passa por momentos de transfobia. O mesmo se aplica a sua família, que ainda não aceita a identidade de gênero de Arthur. “Eles não me veem como pai dela [Maithê], me veem como mãe. É uma coisa que eu passo diariamente”.

No início de 2025, Arthur começou seu processo de retificação de nome e gênero para alteração de seus documentos. Isso é importante não apenas para ele, mas para que Maithê também tenha seus documentos corrigidos com o nome de ambos os pais.

O outro genitor da bebê ainda possui contato com Arthur e Maithê. Ainda que a guarda seja de Arthur, seu ex pode visitar a bebê e levá-la para passear e passar um tempo com ele. Ainda assim, ele não participa cotidianamente das atividades da filha.

Até o momento de nossa entrevista, Arthur conta que seu atual namorado assumiu muitas tarefas e responsabilidades, oferecendo bastante apoio no cuidado de Maithê. Eles começaram a se relacionar quando a bebê tinha apenas dois meses. Ele conta que se sentia extremamente solitário nos primeiros meses, e que ter alguém com quem contar tornou sua paternidade muito mais leve.

Arthur aconselha que pais e mães de primeira viagem aproveitem cada segundo com seus filhos, por mais estressante que o dia a dia seja. “A gente só acompanha essa fase dos nossos filhos uma única vez, então precisamos aproveitar cada momento”.

ARTHUR & MAITHÈ





CAPÍTULO 5

RAFAEL, LUCIANO, DAVI & ALLAN

Rafael Sorrigotto e Luciano Rodrigues se conheceram na Unesp em Bauru, em 2006, mais especificamente no primeiro dia de aula, durante um trote. Os dois sujos de tinta. Começaram a conversar e nesse mesmo dia Rafael convidou Luciano para ir morar com ele (como amigos apenas). Desde então, nunca mais viveram separados novamente.

A relação amorosa, porém, só começou a se desenvolver no terceiro ano de curso, quando começaram a namorar. Em entrevista ao canal UOL Prime⁹ em 2020, para a série “Meu Tempo é Hoje”, Rafael conta que já nasceu um interesse logo de cara, mas que resolveu não investir nesse primeiro momento pois nem sabia se Luciano era gay. Para Luciano toda essa história de interesse romântico estava longe de sua cabeça, pelo menos no início. “Eu não estava nem aí, porque não era este o meu foco. Eu estava descobrindo uma cidade, eu estava descobrindo a minha independência”, ele conta.

Rafael tinha consciência sobre sua sexualidade desde bem jovem, mas só foi admitir para si mesmo no fim da adolescência, por volta dos 17 anos. Luciano, mesmo também sendo gay, conta que nunca se sentiu muito diferente das outras pessoas, apenas seguia o fluxo do que lhe era apresentado na vida. De forma divertida, relatam que o primeiro beijo dos dois foi percebido de maneira bastante diferente:

“Era isso que você queria a vida inteira?”, perguntou Rafael após o beijo.

“Não, é um momento em que estou na vida”, foi a resposta de Luciano.

⁹ UOL PRIME. DOIS PAIS: CASAL GAY MOSTRA OS DESAFIOS DA ADOÇÃO TARDIA | MEU TEMPO É HOJE #2. Youtube, 5. fev. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=IsfgJJYXc34&t=380s>. Acesso em: 2 maio 2025.

Com apenas dois anos de relacionamento, os dois já sabiam que um dia, em algum momento gostariam de ter filhos. No entanto, era uma expectativa bastante distante. “Enfim, eram dois estagiários em São Paulo, não tínhamos condições nem de nos manter, quanto mais pensar em um filho”.

Um desafio, no entanto, era a questão familiar. Ao contrário da mãe de Luciano, a mãe de Rafael, Maria do Carmo, uma mulher que possui um olhar rígido em relação a outras sexualidades, não aceitava o namoro dos dois. Ela contou ao UOL Prime que até conversou com padres sobre a orientação sexual de seu filho e todos aconselhavam a aceitá-lo da forma que ele era, mas, ainda assim, ela e seu marido sentiam muita resistência. O resto da família tentava mudar seu ponto de vista, pois todos, exceto os pais de Rafael, aceitavam facilmente sua orientação.

Com o tempo, a relação entre a família de Rafael e Luciano se tornou um pouco mais amigável, mas ainda com um certo nível de frieza. Rafael e sua família são de São Carlos e quando o casal ia à cidade para uma visita, não podiam dormir na casa da mãe de Rafael, por exemplo. Acabavam dormindo na casa da avó, que não se opunha ao relacionamento.

Após 5 anos de namoro, os dois se casaram em 2014 com direito a festa e cerimônia. Eles contam que estavam cheios de dúvidas pois nunca haviam ido em um casamento gay antes. “Como vai ser a cerimônia? Eu não faço a mínima ideia qual seria a diferença [entre um casamento hétero e homoafetivo]”, Rafael conta. Eles tiveram a ideia de escrever um texto para conduzir o ceremonial. Nesse texto, diziam que a ideia de toda aquela festa era para um dia poderem compartilhar sobre esse momento tão especial com seus filhos, que na época tinham nomes hipotéticos de Cadu e Matias.

Os pais de Rafael foram os únicos membros de sua família que não participaram desse dia marcante na história do filho.

5.1 - O processo de habilitação

Casais homoafetivos só tiveram o direito de adoção reconhecido em 2015 pelo STF (Supremo Tribunal Federal), pela Ministra Carmen Lúcia. A decisão de adotar após um ano de casamento foi apenas a concretização daquele desejo que já cultivavam no começo do namoro. E para eles, a única forma viável de ter filhos era através da adoção. Rafael conta que até tinha um primo que realizou a fertilização fora do país, mas para eles era uma realidade distante. A adoção foi uma escolha natural: “Nem pensamos em outra forma”.

O primeiro passo para eles foi pesquisar na internet e procurar depoimentos de pessoas homossexuais que adotaram. Mas o assunto era pouco trabalhado até mesmo em artigos mais técnicos.

Rafael conta que se sentiram um tanto ansiosos com o processo justamente por ser tudo muito recente no Brasil, tinham pouquíssimas referências a seguir. Até conheciam casais hétero que haviam adotado e pais solos também. Mas como seria para um casal gay ainda era um mistério para os dois. Sentiam que estavam entrando em um matagal sozinhos. Até 2024, o número de casais homoafetivos em processo de adoção ainda era baixo, apenas 7% dos pretendentes faziam parte dessa população, de acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça.

Durante esse processo de pesquisa, chegaram a ir ao fórum central de São Paulo para tirar dúvidas. Lá, o passo a passo foi explicado a Luciano e Rafael, que passaram a se organizar através das orientações recebidas por lá. A partir desse momento estabeleceram metas financeiras e estruturais, como encontrar um apartamento com dois quartos. Tudo isso para apresentarem uma condição de vida estável e segura que os habilitaria a seguir com a adoção.

Durante esse processo, ambos tiveram vários questionamentos e receios em relação a criança que adotariam: sabiam que provavelmente adotariam uma criança negra, com história de vida difícil, que passou parte da vida em um abrigo para adoção. Somariam, então, à essa criança o fato dela ter dois pais gays. O preconceito que essa criança sofreria era uma grande preocupação dos dois, preocupação essa que chegaram a levar para a psicóloga durante o processo de habilitação.

“Tá, mas vamos encarar esse preconceito quando ele acontecer. O que acontecer em volta, a gente resolve, mas o foco é manter a qualidade de vida da criança. Ouvir ‘seu pai é gay’ não é nada perto da realidade dessa criança hoje”, foi o que ouviram da profissional que os orientava. Isso tirou um pouco o peso que sentiam.

Nesse mesmo processo, durante uma entrevista de quatro horas com uma psicóloga, ouviram algo que os chocou, contradizendo tudo que pensavam sobre si mesmos: “vocês têm muito o perfil para a adoção, mas ainda não estão prontos”. Foi um baque. Ela então sugeriu que entrassem para um grupo de adoção e participassem de algumas reuniões desse grupo. Saíram dessa entrevista no chão.

“A gente tava muito nesse lugar CLT sabe? Tipo, me deram uma tarefa e eu fiz a tarefa: li um monte de livro, assisti um monte de vídeo, conversei com um monte de gente. Não é possível”.

Porém, durante a primeira visita ao grupo de adoção, entenderam o que a psicóloga quis dizer. Entraram em contato com outras famílias passando por diversas dificuldades e dúvidas enquanto esperavam a adoção se concretizar. Muitas passavam pelas mesmas dores que Luciano e Rafael. Outras estavam em situações bem mais difíceis que as deles, que passaram a relativizar seus problemas e entender que talvez não fossem tão grandes assim.

“Fica tranquilo aí na sua ansiedade porque é normal”, Rafael conta sobre o que passaram a sentir durante as reuniões. Foi através dessas visitas que algumas ideias sobre o que realmente esperavam da adoção também ficaram claras para eles: queriam ter duas crianças que fossem geneticamente irmãs.

Apenas depois de 6 meses da primeira conversa com o fórum e entrada do protocolo de intenção de adoção que o casal contou para a família sobre estarem se preparando para adotar. Mas isso só aconteceu por orientação do fórum. “A gente queria mesmo pegar todo mundo de surpresa”, Rafael conta. Porém, tinham responsabilidades para com as crianças que iriam adotar e ter uma rede de apoio seria fundamental para garantir o bem-estar delas. Foi quase categórico: “sem que vocês conversem com a família de vocês, não poderemos avançar muito”, foi o retorno do fórum.

A notícia foi bem recebida por todos. Inclusive pelos pais de Rafael, que não aceitavam sua sexualidade. Ele conta que seu outro irmão nunca quis ter filhos, então sua mãe viu em Rafael e Luciano a sua grande chance de realizar o sonho de ser avó. “E aí ela abraçou a causa super. Então, foi um quebra gelo para desmistificar a homofobia que existia na própria família”.

Durante o processo de habilitação, não passaram por nenhum preconceito durante entrevistas e processos burocráticos no fórum central de São Paulo, pelo contrário, se sentiram muito bem amparados e orientados.

Luciano e Rafael protocolaram os documentos em agosto de 2015, e em julho de 2016, quase um ano e muitas reuniões do grupo de adoção e entrevistas depois, foram habilitados a adotar.

5.2 - Tornando-se pais

Após estarem cadastrados no Sistema Nacional de Adoção, a espera de Luciano e Rafael foi curta. Apenas 3 meses se passaram

quando receberam uma ligação do fórum. Nessa ligação, algumas informações sobre as crianças foram passadas ao casal. “Daí de repente elas soltam assim: ‘não, porque daí o Allan...’, aí você fica assim: ‘Allan, o nome dele é Allan’”, conta Luciano ao canal UOL Prime. Imediatamente manifestaram interesse em adotar os irmãos.

O casal não tinha muitas travas quanto ao perfil da criança. Duas características que fizeram com que o processo fosse mais rápido eram estarem abertos a adotar irmãos e não fazerem questão que criança fosse recém-nascida, aceitavam adotar crianças mais velhas.

Saulo Amorim, advogado e membro do Observatório Nacional da Adoção junto ao Ministério Público, explica que o que existe não é exatamente uma “fila”. Ele usa a analogia de um aplicativo de relacionamento: existem as pessoas habilitadas que querem adotar um perfil de criança de um lado, e do outro, o Tribunal de Justiça cadastraria as crianças disponíveis para adoção.

O que pode haver é um não encontro entre quem deseja adotar e quem está disponível. “Todas as pessoas que derem entrada no processo vão receber um número de processo. Se todo mundo desejar o mesmo perfil, de 0 a 8 anos, vai todo mundo ficar esperando”, Saulo explica. A localidade de onde ocorre cada processo também é importante. Tem alguém dessa localidade disponível para adotar essa criança com esse perfil? Se sim, o processo mais antigo que aceita esse perfil é contactado. Se ninguém naquela localidade tem interesse nessa criança, pretendentes de outros locais podem ser acionados. Em último caso, a criança pode passar pelo processo de adoção internacional.

Rafael descreve o primeiro encontro com os meninos como engraçado. Primeiro veio a ligação: tinham que ir no dia seguinte à tarde no fórum. Não tinham muitos detalhes do que aconteceria naquela tarde, por isso a sensação inicial foi de tensão. “O gato subiu

no telhado”. Ainda assim, avisaram seus chefes que não poderiam trabalhar e foram ao fórum.

Lá, ficaram por cerca de 3 horas conversando com a psicóloga e a assistente social sobre o histórico de Allan e Davi. Elas explicaram como foi o processo de separação da família biológica e como foi o ano em que passaram no abrigo. Os dois eram crianças negras que foram retiradas da família por abandono parental. O Conselho Tutelar tentou tratar a situação com a mãe das crianças, numa tentativa de trazer a ela a responsabilidade para com os meninos. Após seis meses de acompanhamento do caso, optaram por levar os dois para um abrigo.

Todo esse enredo era contado aos poucos: “Vocês querem continuar?”, era o que ouviam ao final de cada trecho da vida dos meninos. E todas as vezes que a pergunta era feita, a resposta era “sim”.

Até que ao final da entrevista elas pediram que se arrumassem, pois iriam para o abrigo onde os meninos estavam, mas havia um porém. Eles não iriam se apresentar como pessoas que estavam lá com interesse em adotar Allan e Davi, chegariam lá como voluntários que foram realizar uma visita para brincar com todas as crianças da casa. Nesse meio tempo, aproveitaram para conhecer os meninos.

Esse primeiro encontro foi meio distante. Como estavam lá como voluntários, não se dedicavam integralmente a conhecer melhor Allan, na época com dez anos, e Davi, na época com dois, mas dividiram a atenção com todas as crianças da casa. Fizeram esse primeiro experimento por uma semana ao final das tardes, momento em que os meninos voltavam da escola. Todos os dias, na manhã seguinte, a psicóloga voltava a ligar para perguntar como havia sido essa interação.

Após esses sete dias, começaram a trabalhar com a psicóloga qual seria a melhor forma de contar para os meninos sobre o interesse do casal em adotá-los. Até que eles voltaram ao abrigo um dia para conversar com os Allan e Davi.

“O Davi era muito pequeno, tinha dois anos e pouco, então ele mal entendeu o que estávamos falando, só fez festa e tal. Mas o Allan ficou muito, muito tímido. Ele era sempre muito expansivo, mas nessa hora ele ficou muito tímido, foi engraçado. Logo depois eles tiveram a primeira briga na nossa frente, que eles não tinham tido até então, parecia tipo irmãos mesmo.

Mas o mais legal foi que nesse mesmo dia que a gente contou, o Allan chamou a diretora lá da casa depois do jantar e pediu para todos irem em volta da mesa em que eles faziam as refeições, e pediu pra ela contar pra todo mundo que a partir daquele momento era pra todo mundo chamar o Rafael e o Luciano de pais do Allan e do Davi”.

Os meninos se sentiam muito prontos para a adoção e se adaptaram facilmente à ideia de fazerem parte de uma nova família, uma questão que preocupava os futuros pais dos irmãos. Para os meninos, que não tinham nenhum vínculo com a família diferente de outras crianças do abrigo, passaram de repente de crianças solitárias para as crianças mais sortudas do mundo.

Rafael conta que os meninos, mesmo já crescidos e com muita bagagem sobre a família biológica, não tinham bons referenciais masculinos em sua história de vida. Os pais biológicos de ambos os meninos eram bastante violentos com a mãe das crianças e não foram nem um pouco presentes nem assumiram nenhum tipo de função em relação à criação das crianças: “fizeram filhos e sumiram no mundo”, Rafael explica. Portanto, Luciano e Rafael sentiam que não havia nenhum impedimento ou “concorrência”,

nas palavras de Rafael, para com um papel já afetivo para os dois. Ainda assim, fazem questão de enfatizar que não têm e nunca terão o papel de mãe dos meninos.

Gabriela Hesz, psicóloga com pesquisa em desenvolvimento e a saúde de crianças adotadas por casais homoafetivos, explica que, além da adoção homoafetiva não causar nenhum impacto negativo no desenvolvimento da criança, o fato de ter dois pais e duas mães, muitas vezes, não é de extrema relevância para a própria criança. “A gente vê muito esse discurso clássico de ‘como é que eu vou explicar isso para o meu filho?’. Será que o seu filho tem uma questão sobre isso?”, ela explica.

Allan e Davi possuem simplesmente dois pais. Isso em momento algum foi um problema para eles.

5.3 - Destituição e registro dos pais

Concomitantemente ao processo de adoção, Allan e Davi ainda passavam pelo processo de destituição da família biológica. A destituição do poder familiar “trata-se de medida excepcional que deve ser realizada em último caso, após o esgotamento de ações protetivas e intervenções com vistas à manutenção da criança na família de origem”, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Portanto, uma criança só pode ser destituída de uma família quando todas as soluções possíveis para garantir seu bem-estar com a família biológica acabam.

Allan e Davi foram apresentados a Rafael e Luciano enquanto o fórum ainda consultava o interesse e condições de outros parentes da família de origem dos meninos em ficar com a guarda das crianças. Uma reaproximação com essa família ainda era possível.

A adoção e a destituição podem acontecer concomitantemente para agilizar ao máximo o processo de adoção, evitando que

as crianças fiquem longos períodos no abrigo aguardando a destituição se concretizar para só então poderem ser adotadas.

Rafael exemplifica que, no caso de Allan, a situação se tornaria crítica. Ele já tinha 10 anos quando foi adotado, se tivesse que esperar mais 3 anos, suas chances de encontrar uma nova família seriam mínimas. De acordo com dados de 2024 do Conselho Nacional de Justiça, dos 36 mil pretendentes habilitados, 760 aceitam adotar crianças com mais de 10 anos. Em dados de 2021, 15% das adoções eram de crianças entre 8 e 11 anos, e apenas 6% das crianças adotadas possuíam mais de 12 anos.

Por conta da destituição, o casal só conseguiu se registrar como pais de Allan e Davi na certidão de nascimento dos meninos e finalizar o processo de adoção em 2019. Até lá, Luciano e Rafael tinham apenas a guarda definitiva das crianças e eram responsáveis legais delas.

Foi com a documentação de guarda definitiva que Luciano e Rafael puderam solicitar licença no trabalho, incluir os meninos como dependentes no plano de saúde e seguir com outros processos burocráticos que exigiam a presença de responsáveis legais das crianças. “A questão é que quando meu filho estava sendo alfabetizado e aprendendo a caligrafia de escrever o próprio nome, o nome que escrevia era o nome antigo, não era com nosso sobrenome”, exemplifica Rafael.

5.4 - Uma nova família

O processo de adaptação tanto do casal, quanto de seus filhos foi bem desafiador no começo. Para Luciano e Rafael, a necessidade e autocobrança de suprir todas as necessidades dos meninos era constante e avassaladora. Rafael confessa que talvez tenha sido mais difícil para o casal em si do que para as crianças. Rafael, por

exemplo, perdeu 12 quilos nos primeiros 3 meses cuidando dos meninos. Era tanta correria e ansiedade que acabava se esquecendo de comer.

Eles se recordam do sentimento que tiveram na primeira noite em que os meninos estavam em casa. Imagine duas crianças morando em uma casa nova, com pessoas novas e que não conhecem direito, não sabem onde fica a água, onde pegar o cobertor. Se estão com fome, com sede, com quem que devem falar?

Em um relato ao UOL Prime, Allan conta que se lembra do primeiro jantar com os pais. Davi era muito pequeno e Luciano e Rafael não tinham um cadeirão elevado para que ele alcançasse a mesa. Tiveram a ideia de usar almofadas para ajudar. Ainda assim, Davi se atrapalhou e derrubou a macarronada no chão.

Quanto à escola, os meninos continuaram frequentando a mesma que estudavam enquanto estavam no abrigo por poucos meses, pois já era novembro. As professoras até já tinham dispensado os meninos, pois já possuíam o número de presenças necessárias para aprovação. Ainda assim, o casal fazia questão de levar os meninos para a aula, para mostrar, não apenas que o estudo era importante, mas que o ato de levá-los e buscá-los da escola era importante para eles como pais. Eles queriam fazer parte disso.

Allan tinha grandes dificuldades na escola, principalmente porque passou de uma escola estadual para outra particular, onde ficou mais difícil acompanhar os conteúdos. Luciano e Rafael logo notaram a defasagem e procuraram aulas particulares para o filho, sempre ajudando e incentivando em casa. Após dois anos, começou a se adaptar melhor e tirar boas notas.

Outro grande divisor de águas com a chegada dos meninos foi a imediata reconciliação entre Rafael e seus pais. A primeira

vez que Rafael e Luciano puderam dormir na casa dos pais de Rafael durante uma visita a São Carlos aconteceu quando levaram os meninos para lá. Em quase sete anos de relacionamento de Rafael e Luciano, isso nunca havia sido permitido. Os netos se tornaram os verdadeiros xodós dos avós.

Ainda assim, é durante as viagens para o interior que Rafael e Luciano percebem olhares maldosos tanto para eles como casal, como também por serem dois pais, mas nunca chegaram a sofrer um ataque homofóbico de fato. No entanto, já presenciaram situações de racismo para com os filhos, um conflito totalmente fora do entendimento deles como homens brancos. Para eles, se aproximar do tema e ter outras referências é essencial para que eles e os meninos possam lidar melhor com essas situações.

Com o tempo, os irmãos se integraram facilmente à nova família. Allan e Davi sempre foram muito apegados e se apoiaram muito, principalmente por terem passado um ano “sozinhos” no abrigo. Hoje, o casal percebe um Allan mais expansivo, sem o peso de querer cuidar do irmão em suas costas, algo que foi muito trabalhado entre os quatro nos primeiros seis meses de convivência. Já Davi sempre foi agitado desde que chegou em casa, possui uma personalidade bem mais extrovertida e falante.

Em 2025, Allan, com 19 anos, entrou para a faculdade, mudando um pouco a rotina da família. Rafael brinca com a situação, pois em 8 anos sendo pais dos meninos, sempre acham que já aprenderam de tudo, mas sempre aparece uma nova situação inusitada. Nesse momento, se veem com o desafio de tirar um pouco as rédeas do filho mais velho para que ele possa trilhar seu caminho.

Já Davi, com 11, começou a entrar na fase pré-adolescente. Por mais que os pais achassem que já sabiam o que estava por vir por já terem passado por esse momento com Allan, confessam que estavam errados. Davi é um pré-adolescente completamente diferente.

A verdade é que nunca estão prontos, de fato, para os novos desafios. Sempre acham uma maneira para atravessá-los. É dessa forma que pensam que outros casais devem enxergar a adoção: “Às vezes as pessoas têm muito na cabeça que ‘Ah, não, mas eu não tô pronto para ser pai, eu não tô pronto para ter um filho agora’. Mas, você vai viver pelo menos um ano conversando com assistente social, psicólogo, se informando. Então, é como uma faculdade, né? Eu acho que a formatura é ter o filho no colo”.

RAFAEL, LUCIANO, DAVI & ALLAN





RREFERÊNCIAS

ADOÇÃO de adolescentes no Brasil: entenda como funciona o processo e quais os desafios. **G1**, 7 ago. 2024. Profissão Repórter. Disponível em: <https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2024/08/07/adocao-de-adolescentes-no-brasil-entenda-como-funciona-o-processo-e-quais-os-desafios.ghtml>. Acesso em: 6 maio 2025.

ALMEIDA, Denise de. De Israel à Tailândia: casal conta como teve filhos por barriga de aluguel. **UOL**, 07 jul. 2017. Universa. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2017/02/07/de-israel-a-tailandia-casal-conta-como-teve-filhos-por-barriga-de-aluguel.htm>. Acesso em: 19 abr. 2025.

ALVES, Bruna. Inseminação intrauterina, fertilização in vitro: qual método é mais eficaz e o que está disponível no SUS?. **BBC News Brasil**, 28 nov. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63722144>. Acesso em: 5 abr. 2025.

ANGELO, Zaia et. al. Saiba o que é disforia de gênero e veja relatos de pessoas trans que diziam não se reconhecer em seus próprios corpos. **G1**, 22. jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/12/22/sai-ba-o-que-e-disforia-de-genero-e-veja-relatos-de-pessoas-trans-que-diziam-nao-se-reconhecer-em-seus-proprios-corpos.ghtml>. Acesso em: 26 abr. 2025.

BARRIGA SOLIDÁRIA COM JARBAS E MIKAEL. Locução de: Daniel Lage. Entrevistados: Mikael e Jarbas Bitencourt. **Prosa Choque**, 4 mar. 2024. Podcast. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rp7cwBN8NJc>. Acesso em: 9 abr. 2025.

BIANCHINE, Fernanda. Adoção consensual (Brasileira). **Jusbrasil**, 10 jan. 2020. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/adocao-consensual-brasileira/796449809>. Acesso em: 13 abr. 2025.

BITTAR, Cássia. Qual é a cara da adoção no Brasil?. **OABRJ**, 21 maio 2021. Disponível em: <https://oabrn.org.br/noticias/qual-cara-adocao-brasil>. Acesso em: 6 maio 2025.

BOTELHO, Vinicius. Falsa sensação de impunidade nas redes sociais não isenta de culpa responsáveis por crimes. **Jornal da USP**, São Paulo, 15 jun. 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/actualidades/falsa-sensacao-de-impunidade-nas-redes-sociais-nao-isenta-de-culpa-responsaveis-por-crimes/>. Acesso em: 4 abr. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10645133/artigo-226-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 9 maio 2025.

CAMBRIDGE HEALTH ALLIANCE. Informed consent for masculinizing hormone therapy. **Cambridge Health Alliance**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.challiance.org/file%20library/services%20and%20programs/primary%20care/lgbtq-plus%20living%20well/information-hormon-therapy--used-to-be-consent--masc-bp.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2025. CARVALHO, Alexandre. Quando as pessoas começaram a fazer casamentos?. Superinteressante, 16 set. 2022. Disponível em: <https://super.abril.com.br/coluna/oraculo/quando-as-pessoas-comecaram-a-fazer-casamentos>. Acesso em 21 maio 2025.

CASTRO, Paulo Tiago de. Ofensas em redes sociais e suas consequências jurídicas. **Jusbrasil**, 03 nov. 2020. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/ofensas-em-redes-sociais-e-suas-consequencias-juridicas/1114344731>. Acesso em: 6 abr. 2025.

COMO é feita a Fertilização In Vitro (FIV)?. **SBRA - Associação Brasileira De Reprodução Assistida**, 2025. Disponível em: <https://sbra.com.br/como-e-feita-a-fertilizacao-in-vitro-fiv/>. Acesso em: 6 abr. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM-Brasil). Código de ética médica. Resolução CFM nº 2.013/13. Brasília: 2013. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/images/PDF/resoluocfm%202013.2013.pdf>. Acesso em: 10 maio 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, et. al. Destituição do poder familiar e adoção de crianças: sumário executivo. Brasília: 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/04/eixo3-primeira-infancia-sumario-executivo-final.pdf>. Acesso em: 6 maio 2025.

COSTA, Jhully. Como funciona o processo de reprodução humana assistida pelo SUS. **Zero Hora**, Porto Alegre, 14 set. 2023. Comportamento. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2023/09/como-funciona-o-processo-de-reproducao-humana-assistida-pelo-sus-clmjmxio0053013n-cuukg5ry.html>. Acesso em: 15 abr. 2025.

CRESCE número de mortes violentas de pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil, aponta levantamento. **G1**, 18 jan. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2025/01/18/mortes-lgbtqiapn-brasil.ghtml>. Acesso em: 1 maio 2025

CRIMES de Ódio na Internet: O Desafio do combate à Homofobia e a Importância da Documentação Digital. **Jusbrasil**, 10 jul 2024. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/crimes-de-odio-na-internet-o-desafio-do-combate-a-homofobia-e-a-importancia-da-documentacao-digital/2579155368>. Acesso em: 1 maio 2025.

DIAS, Pâmela. Adoção de crianças por casais homoafetivos triplica em quatro anos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 9 out. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/10/09/adocao-de-criancas-por-casais-homoafetivos-triplica-em-quatro-anos.ghtml>. Acesso em: 7 maio 2025.

DIFERENÇA entre guarda e adoção. **Jusbrasil**, 30 de mar. 2016. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/diferenca-entre-guarda-e-adocao/317931470>. Acesso em: 6 maio 2025.

DÓLAR sobe 13% em 2014; em 4 anos de Dilma, salta 60%, de R\$ 1,67 a R\$ 2,66. **UOL**, São Paulo, 30 dez. 2014. Cotações. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/cotacoes/noticias/redacao/2014/12/30/dolar-sobe-13-no-anos-4-anos-de-dilma-salta-60-de-r-167-a-r-266.htm>. Acesso em: 1 maio 2025.

DÓLAR sobe, mas fecha mês abaixo de R\$ 5,70; queda em 2025 foi de 8,1%. **UOL**, São Paulo, 10 abr. 2024. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/04/30/dolar---bolsa.htm>. Acesso em: 1 maio 2025.

FAMÍLIAS e famílias: consequências jurídicas dos novos arranjos familiares sob a ótica do STJ. **Superior Tribunal de Justiça**, Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/08102023-Familias-e-familias-consequencias-juridicas-dos-novos-arranjos-familiares-sob-a-otica-do-STJ.aspx>. Acesso em: 9 maio 2025.

FILHO, Ciro Marcondes. Teorias da comunicação hoje. 1ª edição. São Paulo: Editora Paulus, 2016.

FIUZA, Moema. Pela primeira vez, STF reconhece direito de adoção por casais homossexuais. **Jusbrasil**, 20 mar. 2015. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/pela-primeira-vez-stf-reconhece-direito-de-adocao-por-casais-homossexuais/175556906>. Acesso em: 18 abr. 2025.

FIV pelo SUS – Lista atualizada em 2024. **Dra. Thais Hespanhol**, 2024. Disponível em: <https://drathaihespanhol.com.br/fiv-pelo-sus-lista-atualizada-em-2024/>. Acesso em: 6 abr. 2025.

GLOBO.COM. Memória Globo, © 2000-2025. Barriga de Aluguel. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/novelas/barriga-de-aluguel/>. Acesso em: 19 abr. 2025.

HORMONIZAÇÃO para pessoas trans: quais são as diretrizes médicas?. **Afyá - Educação Médica**, 8 mar. 2024. Disponível em: https://educacaomedica.afya.com.br/blog/hormonizacao-para-pessoas-trans-diretrizes-medicas?utm_source=google&utm_medium=organic. Acesso em: 26 abr. 2025.

LAVIOLA, Eduardo. Sem fronteiras. **Universo AA**, 7 ago. 2015. Disponível em: <https://www.universoaa.com.br/exclusivas-aa/dia-dos-pais-uaa-a-historia-de-pedro-e-janderson-um-casal-que-cruzou-fronteiras-para-ter-seus-filhos/>. Acesso em: 21 abr. 2025.

LGBTQIA+fobia: a violência motivada pela orientação sexual ou identidade de gênero das pessoas LGBTQIA+. **GOV.BR**, 4 out. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/outubro/lgbtqia-fobia-a-violencia-motivada-pela-orientacao-sexual-ou-identidade-de-genero-das-pessoas-lgbtqia>. Acesso em: 1 maio 2025.

LIMA, Camila. Clínicas de fertilização oferecem financiamento em até 36 vezes para ter filho. **A Tribuna**, 18 ago. 2023. Disponível em: <https://tribunaonline.com.br/cidades/clinicas-de-fertilizacao-oferecem-financiamento-em-ate-36-vezes-para-ter-filho-147394>. Acesso em: 5 abr. 2025.

LIMA, Camila. Clínicas de fertilização oferecem financiamento em até 36 vezes para ter filho. A Tribuna, 18 ago. 2023. Disponível em:

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. 4^a edição. Barueri: Editora Manole, 2008.

LUCY RODRIGUES. **Nosso presente de Natal mais esperado e o momento mais lindo da nossa vida**. São Paulo, 21. dez. 2023. Instagram: @lucyroag. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C1HeN5zL6s7/>. Acesso em: 17 abr. 2025.

MACHADO, Simone. Os riscos da inseminação caseira, usada por casais LGBTQIA+ para ter filhos. **BBC News Brasil**, São José do Rio Preto, 14 jul. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cz9dve3m092o>. Acesso em: 6 abr. 2025.

MALAR, João Pedro. Parto induzido: o que é, como é feito e quando optar pelo método. **Estadão**, São Paulo, 24 out. 2020. Bem-estar. Disponível em: https://www.estadao.com.br/emails/bem-estar/parto-induzido-o-que-e-como-e-feito-e-quando-optar-pelo-metodo/?srsltid=AfmBOoqaQdTJ06iwG_gniQF1SS1yr-TGNiFFOjqbr2luSiqehN-b135ld. Acesso em: 13 abr. 2025.

MARACCINI, Gabriela. CFM veta terapia hormonal a menores, e comunidade LGBTQIA+ critica; entenda. **CNN Brasil**, 16 abr. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/cfm-veta-terapia-hormonal-a-menores-e-comunidade-lgbtqia-critica-entenda/>. Acesso em: 26 abr. 2025.

MARCOS, João. Salário mínimo na Tailândia: Tire suas dúvidas. **Wise**, 24 jan. 2025. Disponível em: <https://wise.com/br/blog/salario-minimo-tailandia#:~:text=Aluguel%20e%20transporte%3A%20os%20custos,2.000%20THB%20e%203.500%20THB>. Acesso em: 1 maio 2025.

MARTINS, Antônio Eduardo Senna. Barriga Solidária no Brasil: Aspectos Jurídicos e Éticos na Gestação por Substituição. **Jusbrasil**, 19 out. 2023. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/barriga-solidaria-no-brasil-aspectos-juridicos-e-eticos-na-gestacao-por-substituicao/1973230176>. Acesso em: 18 abr. 2025.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista: O Diálogo Possível**. 5^a edição. São Paulo: Editora Ática, 2008.

MELO, Anderson Sanches de. Epigenética: entenda como funciona e sua relação com a recepção de óvulos. **CEFERP - Centro de Fertilidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto**, 6 out. 2020. Disponível em: <https://ceferp.com.br/blog/reproducao-assistida/epigenetica/#:~:text=Epigen%C3%A9tica%20%C3%A9%20a%20capacidade%20de,mudar%20o%20funcionamento%20dos%20genes>. Acesso em: 4 abr. 2025

MIKAEL E JARBAS | PATERNIDADE. **É sobre o nascimento da nossa filha ANTONELLA ! Prepara o coração e o lencinho!** 17 de Maio de 2024. Porto Alegre, 15 set. 2024. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C_8KUhC-CdNJ/. Acesso em: 12 abr. 2025.

MIKAEL E JARBAS | PATERNIDADE. **Perguntas**. Imbé, 26 mar. 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/stories/highlights/17945466329683565/>. Acesso em: 9 abr. 2025.

MIKAEL E JARBAS | PATERNIDADE. **Venham conosco nessa linda história! Conheça o processo da transferência embrionária, com a visão direto da sala de procedimentos. Dra. Daiane e sua equipe maravilhosa, prontamente preparados para dar início a realização do nosso maior sonho, o sonho da paternidade. SEJA BEM VINDA ANTONELLA.** 20 jan. 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C2Uzz8aLVAi/>. Acesso em: 11 abr. 2025.

NIYOMIAT, Aukkarapon et. al. Tailândia proíbe barriga de aluguel para estrangeiros em busca de acabar com “turismo do útero”. **UOL**, Bangcoc. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2015/02/20/tailandia-proibe-barriga-de-aluguel-para-estrangeiros-em-busca-de-acabar-com-turismo-do-uterio.amp.htm>. Acesso em: 23 abr. 2025.

NOGUEIRA, Salvador. Entenda de uma vez: o que é epigenética?. **Superinteressante**, 19 ago. 2019. Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/entenda-de-uma-vez-o-que-e-epigenetica/>. Acesso em: 4 abr. 2025.

OVODOAÇÃO e epigenética: a influência da mãe nos genes dos filhos. **Sofia Andrade - Reprodução Humana**, America, 22 set. 2020. Disponível em: <https://drasofiaandrade.com.br/ovodoacao-e-epigenetica-a-influencia-da-mae-nos-genes-dos-filhos/#:~:text=Nos%20casos%20de%20ovodoa%C3%A7%C3%A3o%2C%20a,gerada%20na%20barriga%20da%20doadora>. Acesso em: 4 abr. 2025.

PAITRANSMASC. **Relatos da minha gestação sendo um papai tr4nsmascuno!**. [@paitransmasc]. 19 jan. 2025. [Video]. Tik Tok. Disponível em: <https://www.tiktok.com/@paitransmasc/video/7461482016840715525>. Acesso em: 27 abr. 2025.

PARTO humanizado X parto normal: qual a diferença entre os dois?. **Hospital Anchieta**, 13 jan. 2023. Disponível: <https://www.hospitalanchieta.com.br/parto-humanizado-normal-qual-diferenca/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

PAULO, Paula Paiva. Puxado pelas mulheres, casamento homoafetivo bate novo recorde em 2023; união entre homens diminui. **G1**, 16 maio 2025. Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/05/16/casamento-homoafetivo-2023-mulheres.ghml>. Acesso em: 18 maio 2025.

PÍLULA Farmacêutica #75: Hormonioterapia para transgênero necessita de acompanhamento periódico. **Jornal da USP**, São Paulo, 29 jun. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/podcast/pilula-farmaceutica-75-hormonioterapia-para-transgenero-necessita-de-acompanhamento-periodico/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

POLITANO, Ricardo. Aspectos jurídicos da “barriga solidária” - útero de substituição - doação temporária do útero - cessão de útero: um diálogo entre Direito, Medicina e Psicologia. **IBDFAM - Instituto Brasileiro de Direito de Família**, São Paulo, 19 out. 2023. Disponível em: https://ibdfam.org.br/artigos/2049/Aspectos%20jur%C3%A3dicos%20da%20E%280%9CBarriga%20solid%C3%A1ria?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 13 abr. 2025.

QUAL o valor da passagem para a Tailândia. **Tailandiando**, 13 jul. 2024. Disponível em: <https://tailandiando.com/quanto-custa-passagem-para-tailandia/>. Acesso em: 1 maio 2025.

QUANTO Custa Para Congelar Óvulos no Brasil?. **Cidesp**, 31 mar. 2025. Disponível em: https://cidesp.com.br/artigo/quanto-custa-para-congelar-ovulos/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 9 abr. 2025.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+: Uma breve história do século XIX aos nossos dias. 1ª Edição**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2022.

RODRIGUES, Humberto et. al. Homossexualidade na antiguidade: o que mudou?. **Guia do Estudante**, 21 jun. 2022. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/vale-tudo-homossexualidade-na-antiguidade/>. Acesso em: 21 maio 2025.

SALES, Alexsya Jhuly Silva e BRUM, André Luiz de Oliveira. Adoção Homoafetiva no Brasil: avanços legais, desafios sociais e impactos nas famílias. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação - REASE**, São Paulo, v. 10, n. 11, nov. 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/16744>

SCHEFFEL, Noah. Você já ouviu falar sobre passabilidade?. **UOL**, 13 set. 2021. Ecoa. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/noah-schef-fel/2021/09/13/voce-ja-ouviu-falar-sobre-passabilidade.htm>. Acesso em: 26 abr. 2025.

SÊMEN de doador: Diferenças entre amostras nacionais e importadas!. **Pro-se-ed: banco de sêmen**, 2022. Disponível em: <https://proseed.com.br/semen-de-doador-diferencias-entre-amostras-nacionais-e-importadas/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

SOUZA, Jorge Pedro. **Teorias da Notícia E Do Jornalismo**. 1ª edição. Chape-có: Argos, 2002.

SOUZA, André de. Casais gays ganham direito ao uso de fertilização in vitro. **O Globo**, 08/05/2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/saude/ciencia/casais-gays-ganham-direito-ao-uso-de-fertilizacao-in-vitro-8336429>. Acesso em: 19/11/2024

SOUZA, Ludmilla. SUS pode ser esperança para mulheres que sonham ser mães. **Agência Brasil**, 14 maio 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-05/sus-pode-ser-esperanca-para-mulheres-que-so-nham-ser-maes>. Acesso em: 15 abr. 2025.

SOUZA, Marise Cunha de. Os Casais Homoafetivos e a Possibilidade de Procriação com a Utilização do Gameta de um deles e de Técnicas de Reprodução Assistida. **Revista da EMERJ**, Rio de Janeiro, Revista da EMERJ, v. 13, nº 52, 2010. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista52/Revista52_141.pdf

TAMMUZ FAMILY. Tammuz Family, © 2019. **Planos & Custos**. Disponível em: <https://www.tammuz.com/pt-br/>. Acesso em: 1 maio 2025.

TAMMUZ FAMILY. Tammuz Family, © 2019. **Sobre nós**. Disponível em: <https://www.tammuz.com/pt-br/>. Acesso em: 19 abr. 2025.

TEXAS TALKS. Dois pais, três filhos | Pedro Maciel & Janderson Lima | TE-DxGovernadorValadares. **Youtube**, 16 set, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GUqMCh7PqBI>. Acesso em: 21 abr. 2025.

TOLOTTI, Rodrigo. De R\$ 1,94 a R\$ 2,45: o que fez o dólar ser tão volátil em 2013?. **Infomoney**, 3 jan. 2014. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/mercados/de-r-194-a-r-245-o-que-fez-o-dolar-ser-tao-volatil-em-2013/>. Acesso em: 01 maio 2025.

TUVUCA, Marcelo. Veja quais xingamentos e ataques podem deixar de ser barrados no Facebook e no Instagram. **G1**, 14 jan. 2025. Tecnologia. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2025/01/14/veja-quais-xingamentos-e-ataques-podem-deixar-de-ser-barrados-no-facebook-e-no-instagram.ghtml>. Acesso em: 1 maio 2025.

UOL PRIME. DOIS PAIS: CASAL GAY MOSTRA OS DESAFIOS DA ADOÇÃO TARDIA | MEU TEMPO É HOJE #2. Youtube, 5. fev. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=IsfgjJYXc34&t=380s>. Acesso em: 2 maio 2025.

VIANA, Luana. Como funciona o SUS para pessoas transexuais. **UOL**, 05 dez. 2017. Drauzio. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/reportagens/como-funciona-o-sus-para-pessoas-transexuais/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

WENTZEL, Marina. Polícia liberta mulheres grávidas de ‘fazenda de bebês’ na Tailândia. **BBC News Brasil**, Bangcoc, 25 fev. 2011. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/02/110225_tailandia_gang_barrigas_mw. Acesso em: 21 abr. 2025.

ZORNIG, Silvia Maria Abu-Jamra. Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. **PePsic - Periódicos de Psicologia**, Rio de Janeiro, vol.42n.2,junhode2010. Disponível em:https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382010000200010. Acesso em: 17 mar. 2025.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO E EDITORAÇÃO

ISABEL CRISTINA VERNIER

**SOU PAI, SOU MÃE:
HISTÓRIAS DE PAIS E MÃES LGBTI+ NO BRASIL**

SÃO PAULO

2025

ISABEL CRISTINA VERNIER

**SOU PAI, SOU MÃE:
HISTÓRIAS DE PAIS E MÃES LGBTI+ NO BRASIL**

Relatório descritivo do projeto solicitado para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Graduação em Jornalismo do Departamento de Jornalismo e Editoração, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) orientado pela Profa. Dra. Eun Yung Park.

Local e data de aprovação

Prof. Dra. Eun Yung Park

Prof. Dr. Dennis Oliveira

Me. André Fischer

São Paulo

2025

AGRADECIMENTOS

Sempre quis escrever um livro, também sempre quis estudar na USP. Este trabalho é a realização de dois sonhos. Tenho plena convicção de que é impossível alcançar um sonho sozinho(a), muito menos dois. Por isso, acredito que tenho muitas pessoas a quem agradecer aqui.

Em primeiro lugar, agradeço à minha família Gisleine Vernier, Ronald Vernier e Larissa Vernier, que, antes de mais nada, me disseram que eu seria uma boa jornalista. Isso nunca saiu da minha cabeça e aqui estou eu, escrevendo um livro-reportagem para minha graduação na Universidade de São Paulo. Obrigada pelo apoio, por me buscarem tarde da noite na estação de metrô, por me acalmarem nos momentos desafiadores.

Preciso também dedicar este trabalho às minhas primas Laura Vernier, Pamela Marrara e à pequena Maria Luiza Vernier, minhas grandes fontes de inspiração para esse trabalho. Foi a partir da história de vocês que tive certeza de que queria contar vivências de pessoas que passaram por experiências semelhantes.

Também não posso deixar de agradecer às amizades e relacionamentos que fiz nessa jornada e com quem aprendi muito. A troca de experiências, risadas e momentos de desespero compartilhados tornaram todo o processo muito mais rico. Quero deixar agradecimentos especiais a Caroline Kellen, Danielle Alvarenga, Fernando Cardoso, Isabella Oliveira, Júlia Castanha, Kevin Rodrigues, Larissa Leal, Mavi Faria, Rosiane Lopes, Valentina Moreira e Victoria Pacheco.

Agradeço também aos meus professores, especialmente à Professora Eun Yung Park, que me orientou durante esse trabalho. Todos os conhecimentos compartilhados fizeram a diferença e tornaram o projeto deste livro possível.

Agradeço também a Paula Yamada pela concepção da capa do livro e Larissa Santana pela diagramação do projeto. Obrigada pelo olhar cuidadoso e artístico para com meu trabalho.

Por fim, agradeço às pessoas que deram vida a este trabalho e que confiaram suas histórias a mim: Arthur Henrique Pinto, Jarbas Bitencourt, Lucy Rodrigues, Nayara Moura, Pedro Maciel e Rafael Sorrigotto. Também agradeço demais aos especialistas que me passaram informações preciosas para compor essa história: Dr. Sergio Gonçalves, Gabriela Hesz e Saulo Amorim.

RESUMO

A população LGBTI+ brasileira conquistou o Direito à Família apenas em 2011, quando o casamento entre casais homoafetivos foi reconhecido legalmente. A partir desse momento, outras conquistas referentes à famílias homoafetivas e transcentradas ocorreram, como a inclusão dessa população no código de ética de técnicas de reprodução assistida e o direito à adoção. Assim, a parentalidade passou a ser algo constitucionalmente possível para a comunidade LGBTI+ no país. O presente trabalho aborda as histórias de cinco famílias LGBTI+ brasileiras com enfoque na forma em que encontraram para se tornarem pais e mães e construírem relações parentais. O projeto perpassa questões como os métodos de reprodução humana disponíveis no Brasil para essa população, assim como alternativas internacionais para tal, o processo de adoção brasileiro, legislações, resoluções médicas, além de outras questões mais subjetivas, como preconceitos, medos e inseguranças que interferem na decisão de ter filhos, rede de apoio e falta de referências. O projeto busca trazer luz a essas questões através de histórias reais e experiências distintas.

Palavras-chave: LGBTI+; parentalidade; reprodução assistida; adoção;

ABSTRACT

The Brazilian LGBTI+ population only achieved the Right to Family in 2011, when marriage between same-sex couples was legally recognized. From that moment on, other achievements related to same-sex and trans-centered families took place, such as the inclusion of this population in the code of ethics for assisted reproduction techniques and the right to adoption. Thus, parenthood became constitutionally possible for the LGBTI+ community in the country. This project addresses the stories of five Brazilian LGBTI+ families, focusing on how they found ways to become parents and build parental relationships. The project touches on issues such as the human reproduction methods available in Brazil for this population, as well as international alternatives, the Brazilian adoption process, legislation, medical resolutions, and other more subjective matters, such as prejudice, fears and insecurities that affect the decision to have children, support networks, and lack of role models. The project seeks to shed light on these issues through real stories and diverse experiences.

Keywords: LGBTI+; parenthood; assisted reproduction; adoption.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. OBJETIVOS.....	11
3. JUSTIFICATIVA.....	12
4. METODOLOGIA.....	14
5. AS HISTÓRIAS CONTADAS.....	16
6. CRONOGRAMA.....	19
REFERÊNCIAS.....	20

1. INTRODUÇÃO

Entende-se a parentalidade como “a dimensão de processo e de construção no exercício da relação dos pais com os filhos” (ZORNIG, 2010). Esse conceito é relativamente novo, tendo surgido na literatura francesa de psicanálise apenas na década de 60. Com a evolução das discussões sobre o tema, indicou-se que a parentalidade e o conceito de família não se sustentam apenas por laços consanguíneos ou por alianças.

A partir da promulgação da Constituição de 1988, porém, o conceito foi alterado no Brasil. Nesse momento, as múltiplas constituições familiares foram reconhecidas. Formações monoparentais e casais em união estável passaram, então, a constituir instituições familiares reconhecidas constitucionalmente.

Pensando nisso, gostaria de focar na experiência fora do padrão hétero-cisnormartivo de família para este trabalho. É sabido que uniões homoafetivas aconteciam muito antes de qualquer legislação protegê-las. No entanto, o direito constitucional à família é uma conquista recente.

A união estável de pessoas homossexuais só foi concebida por lei em 2011 no Brasil. Em 2013, foi proibido que qualquer cartório se recusasse a realizar casamentos entre pessoas do mesmo sexo, de acordo com a Resolução n. 175. Assim, desde 2011, com o ampliamento do direito às uniões estáveis, não existem mais barreiras legais para que casais homossexuais possam adotar crianças. No entanto, apenas em 2015, o direito à adoção por casais homoafetivos foi reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal mediante decisão da Ministra Carmen Lúcia.

Já em 2013, o Conselho Federal de Medicina (CFM), aprovou uma resolução que garante a casais homoafetivos o direito de utilizar técnicas de reprodução assistida (RA) para terem filhos. Em 2021, a resolução nº 2.294/2021 do CFM também adicionou pessoas transgênero em seu documento de regulação das técnicas de RA.

As técnicas de RA são aquelas em que o processo de gestação é auxiliado pela medicina. As principais a serem abordadas neste trabalho serão: fertilização in-vitro, barriga

solidária e a barriga de aluguel. Essa última, ainda que ilegal no Brasil, é uma das alternativas que alguns casais buscam fora do país.

Além dessas técnicas, o trabalho também incluirá o processo de adoção e a gestação de pessoas trans as quais, em alguns casos, podem ter filhos através apenas de relações sexuais, como é o caso de alguns homens trans que engravidaram de suas parceiras trans ou de outros homens cis.

Com todo esse panorama, é possível notar que os maiores avanços no quesito de formação familiar para a população LGBTI+ no Brasil só começaram a ser juridicamente e cientificamente viabilizados há pouco menos de 15 anos. Mais que isso, o assunto continua em desenvolvimento, levantando novas discussões e adquirindo mais importância.

Afinal, o preconceito e a discriminação ainda são constantes quando se trata de casais LGBTI+ buscando ter filhos. Um estudo de 2018, realizado pela Faculdade de Saúde Pública constatou que um casal homoafetivo composto por mulheres sofre, durante o processo de gestação, o questionamento da legitimidade do relacionamento (como é mostrado em um dos casos relatados no livro) e até mesmo a privação da presença de uma das mães na hora do parto (GALDINO, 2018).

A heteronormatividade é conceito que se refere à heterossexualidade como a norma não apenas quanto à atração sexual, mas também em caráter político, definindo padrões sociais e exclusões (FREITAS, 2022). Essa normatividade hétero é evidenciada nos ambientes de clínicas e hospitais. Ainda de acordo com a mesma pesquisa, cartilhas, cartazes, fichas, formulários e fotos de decoração sempre contam apenas com uma possibilidade: um homem e uma mulher, pai e mãe.

Além do sistema de saúde, o preconceito também é refletido na sociedade. Durante as entrevistas realizadas com as famílias abordadas no texto, todas relataram que já sofreram homofobia ou transfobia. Algumas relatam que as ofensas surgiram por conta da formação de uma família homoafetiva ou transcentrada. Aqui, utilizo o termo a partir do verbo transcentrar, que é definido como “o ato de criar algo junto a demais pessoas que também são trans” (SCHEFFEL, 2022). Porém, os entrevistados também contaram casos de preconceito

em momentos anteriores à esse, enquanto ainda entendiam sua sexualidade e identidade de gênero.

Assim, este Trabalho de Conclusão de Curso propõe um livro-reportagem compilando relatos e histórias de casais LGBTI+ que tiveram filhos. O enfoque será na trajetória rumo à parentalidade e os desafios vivenciados nesse processo, abordando os métodos escolhidos e suas implicações desde a decisão da dupla de se tornarem pais e mães ao nascimento ou adoção da criança. O intuito é mostrar história de pessoas reais, investigando como se dá na prática a aplicação das legislações e das variáveis sociais e médico-científicas em cada caso relatado.

2. OBJETIVOS

O livro-reportagem tem como objetivo relatar histórias e vivências referentes ao processo de parentalização para a população LGBTI+ brasileira, com enfoque nos métodos disponíveis para tal no Brasil e sua variabilidade a depender da situação financeira, fisiológica e até psicológica de diferentes pessoas da comunidade.

O trabalho irá compilar histórias de casais da população estudada que passaram pelos processos de adoção, fertilização in-vitro e pelos métodos de gestação por substituição (barriga de aluguel e barriga solidária). Além disso, trará experiências pessoais referentes aos desafios sociais, como o apoio (ou falta dele) por parte de familiares e amigos, situações discriminatórias, entre outras particularidades de cada caso.

Dessa forma, o livro pretende, a partir de experiências reais, esclarecer quais são as diferentes possibilidades existentes para que as pessoas LGBTI+ possam se tornar pais e mães e as implicações desta decisão.

Cabe destacar que o trabalho não se propõe a ser um guia, já que traz relatos de histórias muito pessoais e específicas que não podem ser generalizadas. Apresenta-se diferentes realidades e possibilidades com a ideia de ampliar e entender melhor a diversidade de famílias brasileiras e algumas das formas de formá-las constitucionalmente

Sendo assim, o projeto busca trazer referências, referências estas que todas as famílias entrevistadas relataram não ter. Todas as cinco famílias que compartilharam suas histórias sentiram que, no início, conheciam poucos, quando não, nenhum relato de pessoas na mesma situação em que elas, o que tornou a decisão de seguir o sonho de ter filhos mais incerta e difícil. Portanto, o presente trabalho propõe-se a mostrar que essas formações familiares são possíveis e existem no Brasil, além dos pequenos avanços durante a história referentes ao tema, assim como os desafios e dificuldades que persistem para a construção dessas famílias.. Ainda assim, o trabalho provoca reflexões para além da maternidade e paternidade da comunidade LGBTI+, como o enfrentamento de preconceitos, a desigualdade de direitos e de tratamentos de reprodução assistida.

3. JUSTIFICATIVA

A primeira vez que pensei em estudar o tema de métodos alternativos para a parentalização foi através da história dos meus pais. Minha mãe não conseguia engravidar naturalmente e, por 11 anos, tentou diferentes métodos para tal, como adoção, inseminação artificial e in-vitro. Ela me contou que sentia que era a única pessoa no mundo que não conseguia realizar o sonho de ser mãe.

No meio de 2024, descobri que minha prima e sua esposa iniciaram o processo de reprodução assistida, pois desejavam ter filhos. Neste momento, imaginei: “Se minha mãe, que vivia em um sistema heteronormativo que a estimulava a ter filhos se sentia sozinha e impotente quanto ao seu sonho, minhas primas, que tiveram seus direitos conquistados tão recentemente e com poucas referências na famílias e fora dela, talvez estejam ainda mais inseguras. Se essa tentativa não der certo, o que mais elas podem fazer? Quais são as alternativas para elas? O que o resto da família irá pensar? Irão apoiar? Será que elas correm algum perigo quanto à discriminação de outras pessoas?”

Foi então que decidi um enfoque para o meu tema de trabalho de conclusão de curso. Afinal, a população LGBTI+ é uma minoria constantemente atacada e que, muito recentemente, vem conquistando direitos básicos tidos como garantidos pela população hétero-cis. O casamento homoafetivo, por exemplo, só foi regulamentado juridicamente em 2011 e, em 2023, foi ameaçado por uma PL que visava proibir o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Assim, a construção de família perante a lei para essa população foi por muitos anos inviabilizada e ainda é pauta de retrocessos.

O estigma é ainda maior quando se trata de um homem trans gestante, principalmente por parte de profissionais da saúde despreparados para conduzir essas gestações. A estigmatização pode impactar negativamente a qualidade do pré-natal e da saúde e segurança de homens trans no ciclo gravídico puerperal, antecipando pensamentos, atitudes e práticas que contribuem para a deteriorar a identidade transmasculina, ou seja, pessoas trans que se identificam com o gênero masculino, na gestação. (Cardoso et al, 2024).

Diante desse panorama, cabe destacar, portanto, que o livro-reportagem não só irá abordar temas como as legislações, regulamentações e questões médico-científicas e

psicológicas. O contexto social dessas famílias, suas redes de apoio, o tratamento médico fornecido, os desafios e as conquistas envolvidos neste processo também serão incluídos.

4. METODOLOGIA

Iniciei o trabalho com a leitura e decupagem do referencial bibliográfico, começando pela parte teórica sobre jornalismo e comunicação. Feito isso, me debrucei na parte teórica sobre a luta da população LGBTI+ e os avanços que os movimentos dessa população conquistaram, além de estudar sobre os termos e denominações corretos ao comunicar a respeito desse grupo. O principal trabalho usado como base é o livro “Movimento LGBTI+: Uma breve história do século XIX aos nossos dias” de 2022, de Renan Quinalha. É por conta desta obra, que adoto a sigla LGBTI+ dentre a variedade de siglas que se referem a essa população. Em seguida, passei a buscar artigos e sites que explicassem os métodos possíveis para que esse grupo pudesse se tornar pais e mães e me deparei com as duas principais formas: reprodução assistida (barriga solidária, inseminação e fertilização in-vitro) e adoção.

Com esse primeiro contato teórico, passei a buscar as fontes principais do trabalho: famílias e pessoas LGBTI+ que tiveram filhos. Minha principal área de pesquisa foram as redes sociais, onde muitos casais compartilham suas histórias com suas famílias. Além de propor entrevistas, utilizava essas histórias já compartilhadas na internet para pesquisar padrões nas jornadas em busca de situações semelhantes passadas por essas pessoas. Além disso, busquei histórias já abordadas por outros veículos de comunicação. Acredito que as pessoas que já conversaram, mesmo que brevemente, sobre sua história de parentalidade, se tornam mais abertas a realizar outras entrevistas.

Ainda que nem todos os convites de entrevista tenham sido aceitos, diversas famílias homoafetivas e transcentradas serviram como pesquisa para a criação dos roteiros de entrevista, apontando diferentes camadas que pareciam particulares, mas que possuíam certa recorrência em outras narrativas pesquisadas, as quais gostaria de aprofundar no trabalho.

Além das famílias, busquei também especialistas nas áreas de psicologia, medicina e direito que pudessem fornecer informações mais técnicas sobre os assuntos a serem abordados no projeto, ajudando a entender as vivências e experiências das famílias entrevistadas, colocando os relatos individuais em perspectiva.

Ao total, realizei oito entrevistas: cinco delas foram com membros das famílias que aceitaram contar seus relatos para compor este livro. Além das entrevistas, com intuito de

entender ainda mais sobre a história de cada família, vídeos de palestras, entrevistas para outros veículos e materiais postados nas redes sociais dos entrevistados foram consultados a fim de compreender mais amplamente suas vivências e captar de forma mais genuína os sentimentos e experiências vividos durante o processo de se tornarem pais e mães.

As outras três conversas foram com especialistas das três áreas citadas anteriormente. Um deles é o médico especialista em reprodução assistida e com vasta experiência em atendimento da população LGBTI+, o Dr. Sergio Gonçalves. Conversei também com Saulo Amorim, advogado, membro consultivo do Ministério Público quanto às questões da adoção, principalmente em demandas de famílias LGBTI+ e coordenador do grupo Cores da Adoção. Por último, conversei com a psicóloga Gabriela Hesz, que possui um trabalho direcionado ao impacto e desenvolvimento mental de crianças adotadas por casais homoafetivos.

Para além das histórias subjetivas e dos conhecimentos das três fontes especialistas, sites de clínicas de congelamento de óvulos e espermatozoides, de técnicas de RA e até mesmo agências de barriga de aluguel internacionais foram consultados a fim de encontrar informações mais atualizadas sobre o tema.

Reportagens, artigos científicos, livros, pesquisas quantitativas e qualitativas, documentos do Conselho Federal de Medicina, da Constituição e do Conselho Nacional de Justiça também foram consultados como forma de apuração das informações passadas durante as entrevistas e aprofundamento dos temas levantados, oferecendo uma base teórica para contextualização dos relatos.

Com todas essas informações em mãos, decupei as entrevistas e escolhi os pontos principais a serem abordados em cada capítulo. Por fim, passei à etapa de redação do livro-reportagem, conectando todas as informações passadas pelos protagonistas das histórias com os pontos levantados pelos especialistas e demais leituras bibliográficas, trazendo um cenário mais amplo sobre o tema e colocando histórias subjetivas em perspectiva.

5. AS HISTÓRIAS CONTADAS

a) Lucy, Nayara e Sarah

Começo o livro com a história de Lucy Rodrigues e Nayara Moura. Aqui abordo o início desafiador do relacionamento das duas e de como surgiu o desejo de se tornarem mães. Passam pelos desafios, pelas inseguranças, pelo tratamento médico e pela nova vida com a maternidade.

A escolha dessa história como primeiro capítulo vem do fato de que ambas escolheram o método de fertilização in-vitro, o mesmo utilizado pelos outros casais abordados no livro que fizeram uso de técnicas de reprodução assistida. Dessa forma, utilize essa história para que o processo seja bem compreendido a fim de que a leitura prossiga mais fluida no resto do livro.

Também, nesse primeiro capítulo, abordo a questão do preconceito, que foi um assunto marcante da entrevista com o casal, principalmente por se tratar de influenciadoras digitais e estarem suscetíveis a sensação de anonimato que a internet fornece para pessoas homofóbicas.

b) Jarbas, Mikael e Antonella

A história de Jarbas e Mikael Bitencourt possui vários pontos a serem destacados: a rápida união do casal, o primeiro caso de tentativa de adoção frustrada, a barriga de aluguel realizada por uma pessoa de fora da família do casal e o primeiro bebê da região sul do Brasil nascido com os genes dos dois pais.

Para abordar todos esses pontos, traço o começo do namoro e casamento de Mikael e Jarbas, além de como surgiu o desejo de ter filhos no casal, que não era um sonho compartilhado no início da relação. Aproveito também para explorar brevemente a quase adoção de um bebê e a frustração que abalou o casal e suas esperanças.

Existem também dois pontos centrais nesta jornada: o primeiro é referente às regras para realização da barriga solidária, incluindo os procedimentos em casos de exceção às

regras da pessoa que irá gestar, como acontece com casal em questão. O segundo ponto é o fator dos genes e da doação de óvulos e esperma. No caso da Antonella, o esperma era de Jarbas e os óvulos da irmã de Mikael. Sendo assim, não foi necessário realizar a aquisição externa, apenas pagar pela coleta dos doadores, o que ajudou a baratear o processo. Dessa forma, Antonella nasceu com os genes de ambos os pais.

c) Pedro, Janderson, Luísa, Valentina e Vitor

Pedro Maciel Filho e Janderson Lima foram o primeiro casal brasileiro a realizar a barriga de aluguel internacionalmente no Brasil. Um ponto importante a ser ressaltado é a ilegalidade do procedimento no Brasil, portanto, o capítulo aborda os estigmas sociais brasileiros quanto ao processo, assim como a visão internacional a este respeito.

Além de todo o procedimento burocrático de viagens, doação de esperma, óvulos e da mulher que gestou a criança, o período em que a história se desenvolveu é um grande marco e justificativa para a escolha do casal: a adoção homoafetiva ainda não era reconhecida no Supremo Tribunal Federal e não tinham pessoas aptas próximas para serem a barriga solidária.

Neste momento, destaco também o custo que esse tipo de método possui, tornando-o exclusivo e pouco acessível para uma vasta parcela da população brasileira. Ainda assim, esse primeiro caso abriu portas para que outras famílias, inclusive heteronormativas, pudessem realizar a barriga de aluguel internacionalmente.

d) Arthur e Maitê

Arthur Henrique Pinto é um menino trans de Fortaleza. Através de um relacionamento afetivo, acabou passando por uma gravidez com pouco apoio da família e do outro genitor da criança. No início de sua vida, o desejo de ser pai não existia, mas isso mudou imediatamente com a notícia da gestação.

Alguns pontos bastante importantes referentes à gravidez transmasculina são levantados neste capítulo, como a disforia que a gestação e a amamentação podem causar no

pai parturiente. Além disso, conto sobre os desafios de estar em um ambiente médico em que seu gênero não é respeitado.

Neste capítulo, exploro um pouco o tema da hormonioterapia e como ela pode afetar a gravidez, já que o sonho de realizar o tratamento teve de ser postergado por Arthur após descobrir a gestação.

A experiência de ser um pai trans também é levantada nesta história. No caso de Arthur, o cansaço e a sensação de solidão que cuidar da criança sozinho trouxe para ele, além dos pequenos alívios que sua limitada rede de apoio lhe oferece.

e) **Rafael, Luciano, Davi e Allan**

Um casal jovem, Luciano Rodrigues e Rafael Sorrigotto, se conheceram na faculdade e no terceiro ano desenvolveram um relacionamento amoroso. Um dos grandes desafios do casal é a homofobia vinda da própria família, principalmente dos pais de Rafael.

Para eles, ter filhos sempre foi algo que desejaram e nunca enxergaram outro meio senão a adoção. Para contar essa história, passo por todo o processo de habilitação e espera para sua concretização, incluindo as visitas ao grupo de adoção e o primeiro contato com os futuros filhos.

Aqui, aborda-se o impacto da chegada dos meninos à essa família, a melhora da relação entre o Rafael e os pais, os desafios da adoção tardia e os casos de racismo que a família precisa enfrentar, dado que Allan e Davi são negros em uma família com pais brancos.

6. CRONOGRAMA

Atividades	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
Aprofundamento e revisão bibliográfica	x	x				
Busca de entrevistas com casais		x	x			
Entrevistas		x	x			
Redação do livro-reportagem				x	x	
Revisão do livro				x	x	
Redação do memorial					x	x
Diagramação					x	x
Entrega do trabalho						x

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Daniella. Casamentos homoafetivos no Brasil aumentam 149% em nove anos. **Agência Brasil.** Brasília, 26 dez. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-12/casamentos-homoafetivos-no-brasil-aumentam-149-em-nove-anos>. Acesso em: 13 mar. 2025.

AZEREDO, Cristiane Torres de. O conceito de família: origem e evolução. **IBDFAM: Instituto Brasileiro de Direito de Família.** 13 dez. 2020. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/index.php/artigos/1610/O+conceito+de+fam%C3%A3lia:+origem+e+e+volu%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 08 mar. 2025

BERRES , Angélica Nelice dos Anjos. A experiência de adoção entre casais homoafetivos e heteroafetivos: aproximações e distanciamentos. **Revista Internacional Consinter de Direito,** Paraná, v. 9, n. 17, p. 721, 12 set. 2023. Disponível em: <https://revistaconsinter.com/index.php/ojs/article/view/417>. Acesso em: 2 mar.. 2025.

CARDOSO, Joecio Cordeiro, et. al. Estigma na percepção de médicas e enfermeiras sobre o pré-natal de homens transexuais. **Acta Paul Enferm.** 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/cVnvFhvbt5qmX5bYN4Jqrbt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 13 fev. 2025.

CARDOSO, Rafael. Casais homoafetivos ainda enfrentam preconceitos para adotar crianças. **Agência Brasil,** 17 mai. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-05/casais-homoafetivos-ainda-enfrentam-preconceitos-para-adotar-criancas#:~:text=N%C3%A3o%20existem%20entraves%20legais%20para,refor%C3%A7ou%20esse%20direito%20%C3%A0%20ado%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 25 fev. 2025.

CFM publica atualização das regras para reprodução assistida no Brasil. **Conselho Federal de Medicina,** 20 jun. 2022. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/noticias/cfm-publica-atualizacao-das-regras-para-reproducao-assistida-no-brasil>. Acesso em: 17 fev. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM-Brasil). Código de ética médica. Resolução CFM n° n° 2.294/2021. Brasília: 2021. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2021/2294_2021.pdf. Acesso em: 07 mar. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, et. al. Destituição do poder familiar e adoção de crianças: sumário executivo. Brasília: 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/04/eixo3-primeira-infancia-sumario-executivo-final.pdf>. Acesso em: 6 maio 2025.

FREITAS, Lorena Rodrigues Tavares de. Todo “camouflado” ou tudo “subentendido”: heteronormatividade, afetos e silenciamentos no relacionamento de um casal lésbico do sul da Bahia. **Revista Ártemis**, vol. 34 nº 1; jul-dez, 2022. pp. 257-275. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/download/65176/36646/190617>. Acesso em: 28 maio 2025.

GRANATO, Tânia Mara Marques, et al. Preconceito e parentalidade? Experiências de casais homoafetivos. **PePsic - Periódicos de Psicologia**, São Paulo, vol.18 no.2, maio 2021. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902021000200014&lng=pt&nrm=iso&tlang=pt. Acesso em: 01 mar. 2025.

KRESCH, Daniela. Casal gay de MG cruza três continentes para ter filhos. **O Globo**, 23 out. 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/casal-gay-de-mg-cruza-tres-continentes-para-ter-filhos-14329638>. Acesso em: 12 fev. 2025.

MACHADO, Simone. Os riscos da inseminação caseira, usada por casais LGBTQIA+ para ter filhos. **BBC News Brasil**, São José do Rio Preto, 14 jul. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cz9dve3m092o>. Acesso em: 6 abr. 2025.

MARTINS, Kauane Souza, et. al. A MOROSIDADE NO PROCESSO DE ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS. **Academia Brasileira do Direito Civil**, V. 1, n. 1, jun. 2018.

Disponível em:
<https://www.abdireitocivil.com.br/wp-content/uploads/2018/06/A-MOROSIDADE-NO-PROCESSO-DE-ADO%87%83O-POR-CASAIS-HOMOAFETIVOS.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2025.

MENEZES, Joyceane Bezerra de. A FAMÍLIA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 – UMA INSTITUIÇÃO PLURAL E ATENTA AOS DIREITOS DE PERSONALIDADE. **Novos Estudos Jurídicos**, vol. 13, n. 1, p. 119-130, jan-jun. 2008. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2722.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2025

NOVO, Benigno Núñez. Barriga de aluguel. **Jusbrasil**, 28 dez. 2019. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/barriga-de-aluguel/795128231>. Acesso em 13 fev. 2025.

PONTELO, Rebecca. Gravidez trans: entenda como ela é possível. **CEFERP - Centro de Fertilidade de Ribeirão Preto**, 31 ago. 2021. Disponível em: <https://ceferp.com.br/blog/gravidez-trans-entenda-como-ela-e-possivel/#:~:text=Homens%20transg%C3%A3Anero%20podem%20engravidar%20naturalmente,e%20tamb%C3%A9m%20durante%20a%20gesta%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 14 fev. 2025.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+: Uma breve história do século XIX aos nossos dias**. 1ª Edição. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2022.

REIS, Toni; CAZAL, Simón (org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. 3. ed. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI+; Rede GayLatino, 2021. Disponível em: <https://aliancalgbti.org.br/wp-content/uploads/2022/01/manual-de-comunicacao-gaylatino-V-2021-WEB.pdf>. Acesso em: 27 maio 2025.

RIBEIRO, Fernanda Zanon, et. al. Desenvolvimento e saúde mental da criança adotada por casais homoafetivos. **Escuta flutuante: Resumos, notas, ideias sobre psicanálise e psicologia**, 05 jan. 2018. Disponível em: <https://escutaflutuante.wordpress.com/2018/01/05/desenvolvimento-e-saude-mental-da-crianca-adotada-por-casais-homoafetivos/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

ROUDINESCO, Elizabeth. A família em desordem. TELLES, André (Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SALES, Alexsya Jhuly Silva, et. al. ADOÇÃO HOMOAFETIVA NO BRASIL:AVANÇOS LEGAIS, DESAFIOS SOCIAIS E IMPACTOS NAS FAMÍLIAS. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v. 10, n. 11, nov. 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/16744/9307>. Acesso em: 23 fev. 2025.

SAMPAIO, Fabiana. Casais homoafetivos enfrentam preconceito com a adoção de filhos. **Agência Brasil**, 17 mai. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2024-05/casais-homoafetivos-enfrentam>. Acesso em: 03 mar. 2025.

SCHEFFEL, Noah. Construções Transcentradas: já ouviu falar?. **Uol**. Ecoa, 4 jul. 2022. Disponível em <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/noah-scheffel/2022/07/04/construcoes-transcentradas-ja-ouviu-falar.htm>. Acesso em: 28 mai. 2025.

SILVA, João Pedro. Paternidade GBT pela legalização da barriga de aluguel em território brasileiro. Anais do VI Congresso Internacional de Direitos Humanos e Novos Paradigmas, Arapongas: UniFatec, 2024. Disponível em: <https://revista.unifatec.edu.br/index.php/congressodireito/article/view/365/297>. Acesso em: 11 mar. 2025.

SILVA, Gislaine Correia, et. al. Homens transexuais e gestação: uma revisão integrativa da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.29, n.4, pag 1-12, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/nhpgdmm7yPtKQzFfJJbPxZH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 fev. 2025.

SOARES, Maria Carolina. Mulheres homossexuais sofrem preconceito no sistema de saúde na maternidade. **AUN - Agência Universitária de Notícias**, 03 jul. 2018. Disponível em: <https://aun.webhostusp.sti.usp.br/index.php/2018/07/03/mulheres-homossexuais-sofrem-preconceito-no-sistema-de-saude-na-maternidade/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

SOUZA, Monica Teresa Costa, et. al. Do direito de família ao direito das famílias: A repersonalização das relações familiares no Brasil. **Revista de Informação Legislativa**. Maranhão, vol. 52 n. 205, jan/mar. 2025. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509943/001032755.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025.

SOUZA, André de. Casais gays ganham direito ao uso de fertilização in vitro. **O Globo**, 05 mai. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/saude/ciencia/casais-gays-ganham-direito-ao-uso-de-fertilizacao-in-vitro-8336429>. Acesso em: 26 fev. 2025.

SOUZA, Daniel Barbosa Lima Faria Corrêa de. **FAMÍLIAS PLURAIS OU ESPÉCIES DE FAMÍLIAS**. Conteúdo Jurídico: 14 dez. 2009. Disponível em: <https://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/18985/familias-plurais-ou-especies-de-familias>. Acesso em: 18 mar. 2025

SOUZA, Marise Cunha de. Os Casais Homoafetivos e a Possibilidade de Procriação com a Utilização do Gameta de um deles e de Técnicas de Reprodução Assistida. Revista da EMERJ, Rio de Janeiro, Revista da EMERJ, v. 13, nº 52, 2010. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista52/Revista52_141.pdf

TATSCH, Constança. Homem trans conta história da sua gravidez e nascimento do filho; leia o relato. **O Globo**, 19 mai. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/saude/noticia/2022/05/estou-gravido-nao-sou-um-homem-barrigudo-diz-trans-sobre-sua-gestacao-de-9-meses.ghtml>. Acesso em: 14 fev. 2025.

TAURISANO, Melissa Rogick Guzz, et. al. Reprodução Assistida em Casais Homoafetivos - Revisão Integrativa. **Archives of Health**, Curitiba, v.2, n.4, p.982-985 special edition, jul. 2021. Disponível em: <https://ojs.latinamericanpublicacoes.com.br/ojs/index.php/ah/article/view/542/517>. Acesso em: 03 mar. 2025.

ZAMBRANO, Elizabeth, et. al. **O DIREITO À HOMOPARENTALIDADE: Cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais.** Porto Alegre: Instituto do Acesso a Justiça, 2006.

ZORNIG, Silvia Maria Abu-Jamra. Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. **PePsic - Periódicos de Psicologia**, Rio de Janeiro, vol. 42 n. 2, junho de 2010. Disponível em:

https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382010000200010.

Acesso em: 17 mar. 2025.